



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA** **REALIZADA NO 7 DE DEZEMBRO DE 2022**

-----Aos sete dias do mês de dezembro de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. **Oferta pública de aquisição de imóveis para implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 – programa de apoio ao acesso à habitação – aviso de publicitação n.º 01/C02-01/2021 – componente 02-habitação;**-----

-----2. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2023 – Fixação;**-----

-----3. **Designação de 2 cidadãos eleitores para integrar Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sesimbra;**-----

-----4. **Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril – Proposta/Manifesto.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Vitor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Pedro Miguel Pinto Mendes;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luisa Margarida Cagica Carvalho, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso e Mónica Cristina Sousa Oliveira Valadas; -----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo.-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a substituta da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Sónia Alexandra Sanches Chilra, e o substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Bruno Miguel Pinto Dias Costa.-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não compareceu o Deputado Diogo Moreira Machado Pereira que justificou a sua ausência. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 23 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-----Verificaram-se ainda as presenças da Vice-presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Felícia Maria Cavaleiro Costa, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido e Nelson Carlos Simplício Pólvora. -----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes, bem como o público que assistia à transmissão em direto, a partir de casa, e justificou em seguida a ausência, no Grupo Municipal da CDU, da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo que se fazia substituir pela vogal da Junta, Sónia Alexandra Sanches Chilra. No Grupo Municipal do PS, a ausência, do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, que se fazia substituir pelo vogal da Junta, Bruno Miguel Pinto Dias Costa, e ainda as ausências dos Deputados Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, que tinham solicitado a sua substituição, comparecendo a Deputada Mónica Cristina Sousa Oliveira Valadas, mas verificando-se a ausência do Deputado Diogo Moreira Machado Pereira. -----

-----Disse em seguida que certamente todos tinham reparado no espaço exterior iluminado e decorado pelas crianças do Externado Santa Joana, certamente com grande empenho das educadoras, auxiliares e o contributo das famílias, a quem endereçava o agradecimento da Assembleia Municipal. -----

-----Informou de seguida que no 14 de dezembro seria realizada uma reunião conjunta de todas as Comissões Permanentes, no Auditório Conde de Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Regulamento de Benefícios Fiscais do Município de Sesimbra; -----
- 2. Lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) do Ano 2022 a arrecadar no exercício de 2023; -----
- 3. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – fixação da taxa a aplicar no ano 2022 a cobrar em 2023; -----
- 4. Fixação pelo Município da participação variável até 5% no IRS, relativa aos rendimentos dos contribuintes de 2023 receita a arrecadar em 2024. -----

-----No dia 16 de Dezembro seria realizada a sessão extraordinária da AMS para debate e votação dos mesmos pontos. -----

-----Dia 21 de Dezembro seria realizada a reunião conjunta de todas as Comissões no Auditório Conde de Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) 2023 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 – Mapa de Pessoal. -----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No dia 28 de dezembro seria realizada a sessão ordinária da AMS nas instalações da Voz do Alentejo, com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----1. Apreciação da Atividade Municipal; -----

-----2. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) 2023 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 – Mapa de Pessoal;-----

-----3. Parecer do Representante da Assembleia Municipal de Sesimbra na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra. -----

-----Declarou em seguida aberto **o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)**, dando conhecimento dos documentos rececionados:-----

-----• Declaração Política - Acreditar em Sesimbra. As Pessoas Primeiro. (GM do PPD/PSD);-----

-----• Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Moreira (GM do CHEGA);-----

-----• Voto de Louvor às Forças de Segurança - (Deputada Silvia Montanha); -----

-----• Saudação - 25 de Novembro de 1975 (GM do CHEGA); -----

-----• Moção - Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres (GM da CDU); ----

-----• Moção - Pelo respeito e valorização do Pescador de Sesimbra (GM da CDU); -----

-----• Moção - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência / Pelo Cumprimento dos Direitos e Garantias das Pessoas com Deficiência (GM da CDU);-----

-----• Recomendação - Mais e Melhor Segurança (Comissões 1 e 6); -----

-----• Recomendação - Criação de um gabinete municipal de proteção aos jovens vítimas de violência, bullying em contexto escolar (GM do CHEGA).-----

-----Tomou em seguida o uso da palavra **o Deputado Carlos Oliveira** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa, justificou o facto de o GM do PSD não ter trazido uma moção ou uma recomendação à Assembleia Municipal porque entendia que a Declaração Política era uma declaração de intenção programática do próprio PSD, e era, no fundo, uma sensibilização à Câmara Municipal, para que pudesse, eventualmente, acolher sugestões, de uma forma perfeitamente espontânea e livre sem ser pressionada e sem ser votada.-----

-----**Passou em seguida a ler a seguinte Declaração Política:**-----

-----“Acreditar em Sesimbra. As Pessoas Primeiro-----

-----Precisamos de olhar para as famílias, cuidar das pessoas, fazendo por elas e para elas.-----

-----Temos consciência que os tempos que se aproximam serão conturbados e que muitas famílias irão perder a capacidade de garantir a sua sustentabilidade diária, quer financeiramente quer mesmo

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*emocionalmente.-----*

*-----Este não é momento de promover nem o conflito social, nem de procurarmos eufemismos para escondermos aquela que possa vir a ser a dura realidade dos tempos mais próximos.-----*

*-----Para o PSD é hora de cerrar fileiras preparar-nos para o pior e esperar que aconteça o melhor.---*

*-----É tempo de planear, de prevenir, de construir pontes de solidariedade em toda uma sociedade, pontes que fomentem a coesão e mostrem mais uma vez o melhor de todos nós.-----*

*-----A nós políticos, cabe-nos cumprir a nossa missão e colocar na agenda da nossa atividade estes três desígnios. Planear, prevenir e construir pontes.-----*

*-----Em qualquer circunstância, mas especialmente nos tempos difíceis para nós, entendemos que o mais importante são as pessoas, e em particular aquelas que já sofrem com esta crise.-----*

*-----O agravamento do preço do cabaz alimentar, o aumento dos custos energéticos e a subida das taxas de referência para os juros já são uma realidade com que as famílias e as empresas se deparam.---*

*-----Nesse sentido, vimos propor e apresentar, no momento em que se prepara a o Plano de Atividades e Orçamento para 2023, os nossos contributos para a criação de um Plano de Emergência Municipal para o Concelho de Sesimbra, apresentando-se desde já um conjunto de medidas que deverão ser integradas nesse mesmo plano:-----*

*-----Alocar uma verba correspondente a 8% do valor do IRS recebido pelo município para a constituição de um Fundo de Emergência Social, a ser gerido pela Câmara e sob acompanhamento da Assembleia Municipal;-----*

*-----Suporte de 50% do aumento do custo médio com energia das IPSSs do Concelho, esta medida terá a duração de 3 meses incidindo para já no primeiro trimestre do ano; -----*

*-----Apoiar o reforço do papel das escolas, em articulação com as IPSSs e a CPCJ na identificação de situações sociais de pobreza envergonhada;-----*

*-----Reestruturar e reforçar o apoio dado ao Associativismo cultural e desportivo, no sentido de os tornar parte de uma solução que todos queremos temporária, nomeadamente o apoio social aos jovens, suportando até 50% das mensalidades suportadas, sendo depois ajustadas em orçamentos posteriores; -*

*-----Apoiar com 15 bolsas de estudo de 1.200€ cada os alunos que com mérito, apresentem dificuldades no suporte das propinas anuais. São medidas que pretendem valorizar o foco na Educação como elevador social e qualificar a nossa terra, pois temos que criar condições para potenciar a formação, tendo presente que cabe a esta Assembleia Municipal propor o seu regulamento;-----*

*-----Estes são, de momento, os contributos do Partido Social Democrata para responder a esta crise que*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*se avizinha. -----*

*-----Solicita-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o envio desta declaração política, às seguintes entidades:-----*

*-----Aos líderes dos Grupos Parlamentares e Deputados dos partidos com representação na Assembleia da República; -----*

*-----Às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Sesimbra;-----*

*-----À CPCJ;-----*

*-----Aos representantes do movimento associativo;-----*

*-----À comunicação Social Local e Distrital.” -----*

*-----Prosseguindo os trabalhos o Presidente da AMS cedeu a palavra à Líder do Grupo Municipal do CHEGA, Deputada Madalena Serra, para proceder à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Moreira, cujo teor se transcreve: -----*

*-----“Ainda há poucos meses o país festejava o seu centenário, e, não obstante as merecidas homenagens de que foi alvo, já que devidas e transversais aos mais quadrantes da vida política e social portuguesa, Adriano Moreira, foi sem qualquer dúvida, um português e um cidadão exemplar. -----*

*-----Adriano Moreira, de seu nome completo Adriano José Alves Moreira, nasceu em Grijó do Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros, no dia 6 de Setembro de 1922. -----*

*-----Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1944, doutorou-se pela Universidade Complutense de Madrid e pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.; Com um percurso académico extenso é Professor emérito da Universidade de Lisboa e professor honorário da Universidade de Santa Maria e Curador da Universidade Cândido Mendes, Adriano Moreira tem oferecido um notável contributo para o desenvolvimento e consolidação do ensino e da investigação na área das ciências políticas, detendo uma obra vasta, diversificada e com relevantíssimo impacto nos domínios académico, político e cívico e na sociedade portuguesa. -----*

*----- Doutor Honoris Causa pelas Universidades da Beira Interior, Aberta, Manaus, S. Paulo, Bahía, Brasília e Rio de Janeiro, é membro de diversas e prestigiadas academias portuguesas, brasileiras e espanholas e Presidente Internacional do Centro Europeu de Informação e Documentação (CEDI), tendo assumido ainda múltiplos cargos de variada índole. -----*

*----- Desempenhou e destacou-se nas funções de Professor - geralmente na área de Relações Internacionais. -----*

*----- A carreira política de Adriano Moreira estendeu-se por vários anos, membro da delegação*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Portuguesa na ONU (1957-1959) , Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1960-1961) , Ministro do Ultramar de 1961 a 1963, Deputado à Assembleia da República entre 1979 e 1991, foi presidente do CDS entre 1986 e 1988, cargo que voltou a exercer de forma interina em 1991-1992 e vice-presidente da Assembleia da República de 1991 a 1995, tendo sido Conselheiro de Estado, eleito pelo Parlamento, entre 2015 e 2019.*-----

-----*Adriano Moreira foi um exemplo de uma enorme paciência, e, com o inegável cunho dos seus méritos intelectuais, soube traçar uma improvável trajetória, para um homem nascido numa aldeia da província e que viria a chegar a Lisboa entre o contingente de «emigrantes que vinham do norte», colocando-se na esfera do poder.*-----

-----*Adriano Moreira teve na democracia um papel fundamental, em particular para ajudar a trazer e integrar no regime democrático aquilo que era uma parte significativa da direita em Portugal. Homem com invulgar inteligência e competência, com cultura e com mundo, a que sempre associou a dedicação e disponibilidade para pensar e servir o País, com probidade, dedicação generosa e altruísta, foi sempre fiel aos princípios e valores em que acreditava e defendeu até ao fim, sendo notável a forma como sempre esteve aberto a todas as mudanças, do País e do mundo.*-----

-----*“Uma grande figura, um sábio do nosso país que nos deixou nos seus 100 anos e, portanto, que marca toda uma época e toda uma vida, um homem extraordinário”.*-----

-----*Por ocasião da celebração do seu 100.º aniversário, que assinalou este ano, Adriano Moreira recebeu da Câmara de Lisboa a Medalha de Honra da Cidade, condecorado pelo Presidente da República em junho com a Grã-Cruz da Ordem de Camões estas foram as últimas das inúmeras condecorações com as quais se viu reconhecido durante a sua vida pelo muito que nos deu e deixa de legado.*-----

-----*Uma "personalidade fundamental do século XX e do início do século XXI", "referência maior do CDS", um "exemplo" a seguir, como um dos "maiores sábios" e "melhores estadistas" portugueses "um príncipe da política" e um "pensador da diplomacia", a sua vida a todos nos engrandeceu com o seu testemunho, a sua presença e a sua intervenção.*-----

-----*A deputada do Chega na Assembleia Municipal de Sesimbra, lamenta profundamente o falecimento de Adriano Moreira e apresenta as mais sentidas condolências à sua família, ao CDS-PP e ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.”*-----

-----*Usou depois da palavra a Deputada Sandra Carvalho que após cumprimentar todos os presentes e a quem assistia à sessão a partir de casa, disse que o GM da CDU, não estando em causa o ser humano que falecera, não podia de forma nenhuma aprovar o Voto de Pesar porque todo o papel e percurso político*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

do Professor Adriano Moreira fora de concordância com o regime fascista que o PCP sempre combatera e com o qual muitos militantes perderam a vida. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que depois de cumprimentar todos os presentes, disse que de facto, como estava no Voto de Pesar, o Professor Adriano Moreira era um intelectual e alguém que percorrera todo um caminho e que durante 100 anos dera muito ao País. Acabara por sair do Governo em divergência com a ditadura e depois convergira para o processo democrático dando, e estando na origem, de um partido político que precisamente se consagrara na democracia e vinha sendo, ao longo dos anos, independentemente de ter uma perspetiva que não era exatamente a do PS, fora sempre um partido que lutara pela democracia e queria consolidar a democracia desde o 25 de abril de 1974. -----

-----Devia-se reconhecer para já os contributos que o Professor Adriano Moreira dera enquanto intelectual, enquanto alguém que contribuía para aquilo que era a reflexão do que era Portugal no mundo, e, por esse fator, pensava que merecia a concordância do seu GM, para além de ser pai de uma Deputada do Grupo Parlamentar do PS que tanto vinha lutando pela defesa das minorias, pelas diferenças, e sabia-se que sempre fora acarinhada pelo pai por essas lutas, independentemente das suas raízes estarem mais ligadas àquilo que era a doutrina social da igreja e que se refletira na fundação do CDS, o espírito humanista estivera sempre presente na pessoa. -----

-----Como tal, face a esse trajeto e pela pessoa em si, o Grupo Municipal do PS iria votar favoravelmente o Voto de Pesar. -----

-----Falou em seguida o **Deputado Rui João Rodrigues** que depois de cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa, disse que não descurando a personalidade intelectual do Professor Adriano Moreira, não podiam esquecer que fora ministro do Ultramar em 61/63, e fora quando eclodira a guerra nas então denominadas colónias. Guerra, que perdurara até 1974, que ceifara a vida a milhares de portugueses, a milhares de angolanos, moçambicanos e guineenses, e Adriano Moreira nada fizera para contrariar na altura o regime em vigor, o regime salazarista, para que a guerra terminasse. Daí, o GM da CDU não poder votar a favor do Voto de Pesar. -----

-----Interveio o **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presente e as pessoas que assistiam à sessão em casa, e referiu que também queria fazer algumas considerações sobre o Voto de Pesar. Era seu entendimento e já o afirmara na AMS no âmbito de outros votos de pesar, que a não ser que se estivesse a falar de um facínora, não tinha qualquer problema em votar favoravelmente e seria o que iria acontecer no presente caso, ainda para mais sendo, como já fora dito, uma figura incontornável da democracia portuguesa, mas também da ditadura que a precedera. E nesse sentido, existia alguma mácula,

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mas tivera responsabilidades políticas importantes, nomeadamente, como fora dito pelo Deputado Rui João, quando fora ministro do Ultramar e no momento em que existira a guerra nas antigas colónias ultramarinas, mas a verdade era que era uma figura que depois soubera fazer o caminho e contribuir quer no aspeto académico, quer na própria envolvimento com a vida política, e evoluir para a construção, que fora o caminho democrático do pós 25 de Abril, e nesse sentido votaria favoravelmente o voto de pesar.

----- Interveio em seguida o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que o GM do PSD iria votar favoravelmente o Voto de Pesar porque se tratava de alguém que fora sempre uma pessoa atenta, que adorava o seu País, que estudara o seu país, e que conseguira transmitir, durante algumas gerações, informação, cultura, na sua qualidade de académico.-----

----- Tivera a sorte de assistir a algumas intervenções do Professor Adriano Moreira, no CDS, partido do qual fora militante, que com grande sentido de estado e de patriotismo, transmitia conhecimento sem fervor partidário.-----

----- Ele próprio escrevera um pequeno texto sobre o facto de o Professor Adriano Moreira ter sido um daqueles portugueses que já eram poucos e difíceis de encontrar, porque nem todos os portugueses conseguiam chegar à craveira daquele homem.-----

-----O seu trajeto político só demonstrava uma coisa, era que ele começara em determinada situação de apoio a um regime e conseguira acompanhar a evolução e contribuir para a evolução do País, e só quem não queria ver que isso constituía uma evolução interessante, uma evolução importante e um acompanhamento do seu País é que ficava no passado e não reconhecia o mérito daquele grande português. Portanto, o GM do PSD iria votar a favor.-----

----- Usou da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia a partir de casa, e disse que não tinha intenção de intervir, mas na sequência da intervenção do Deputado Carlos Filipe que invocara alguma experiência pessoal, também não podia deixar de pedir a palavra para dizer o seguinte: Não convivera, nem de perto nem de longe, com o Professor Adriano Moreira, mas tivera uma experiência que recordava até com simpatia. Fora numa sessão em que ele estava presente e era o orador principal, e estava a falar de há muitos anos, em meados dos anos 80, e na altura, o Professor Adriano Moreira fizera uma intervenção longuíssima sobre educação, em geral. Ele próprio era estudante universitário na altura e até ficara chocado com ele próprio por pensar que estava nos antípodas políticos daquele senhor quando ele tinha uma lucidez, um discernimento e um posicionamento face a um assunto que lhe era muito particular na altura. E ficara absolutamente deslumbrado com a estrutura do Professor Adriano Moreira.-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Desde essa altura mudara completamente a sua visão sobre a pessoa em si e não sobre as políticas associadas àquele espectro político do qual ele fazia parte. Mas a partir daquele momento fora acompanhando sempre com interesse, e sempre com particular agrado, as intervenções políticas e até sociais do Professor Adriano Moreira e aprendera, realmente, a respeitá-lo como pessoa de uma estatura intelectual absolutamente fantástica. Portanto, queria também partilhar a sua experiência e obviamente rever-se no voto favorável que o GM do Partido Socialista iria fazer. -----

----- Queria também partilhar um pouco das palavras do Deputado Carlos Oliveira acrescentando que todos deveriam ter a capacidade de poder perceber. Não negava algumas opiniões que tinham sido expressas pela CDU em relação ao passado da ditadura, mas não se podia associar sempre uma coisa à outra, e no caso, em particular, aquele senhor merecia, de facto, um respeito enorme. -----

-----Não se verificando mais intervenções, o Presidente da AMS submeteu à votação o Voto de Pesar sobre o falecimento de Adriano Moreira, atrás transcrito, tendo sido aprovado por maioria, com 12 votos a favor (7 PS, 2 CHEGA, 2 PSD e 1 BE), 10 votos contra da CDU e 1 abstenção do MSU.-----

-----Foi ainda guardado um minuto de silêncio em sua memória-----

-----**O Grupo Municipal da CDU manifestou intenção de enviar oportunamente Declaração de Voto, mas tal não se verificou.**-----

-----Prosseguindo os trabalhos, **o Presidente da AMS** declarou aberto o debate do Voto de Louvor às Forças de Segurança entregue pela Deputada Silvia Montanha, do GM do CHEGA, cujo teor se passa a transcrever:-----

-----*“Tendo em conta uma constante campanha de desrespeito, de humilhação e de perseguição das Forças de Segurança em Portugal, entende a bancada do CHEGA que as Forças de Segurança são o garante do Estado de Direito e de salvaguarda dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos.* -----

-----*Desta forma estamos e estaremos sempre do lado certo, no apoio a estes profissionais que tudo dão, mas que se encontram abandonados há muito pelos constantes Governos.* -----

-----*Reconhecemos que face ao último ataque, concertado por jornalistas ligados à esquerda radical, que tentaram mais uma vez denegrir as Forças de Segurança no seu todo, com o intuito de manipularem a opinião pública.* -----

-----*Estes ataques são constantes da parte destas forças de extrema-esquerda, para quem estes homens, são um alvo a abater, sendo mesmo menos válidos do que os “bandidos”.*-----

-----*Por tudo isto, os Autarcas do CHEGA submetem a esta Assembleia um voto de Louvor a todas as Forças de Segurança, como forma de Reconhecimento do seu trabalho em prol de Portugal e dos*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Portugueses.”* -----

-----Usou da palavra a **Deputada Sílvia Montanha** que após cumprimentar todos os presentes disse querer fazer uma breve introdução ao seu documento. -----

----- Como fora constatado por todos, no decorrer da semana, um grupo de militares da GNR fora raptado e agredido na Costa da Caparica, constatando-se uma crescente desautorização àquelas forças, o que culminava num aumento da criminalidade. -----

-----O Governo era muito rápido a abrir investigações à conduta dos elementos das forças de segurança, mas sofria de uma particular lentidão quando se tratava de defender aqueles homens e mulheres que arriscavam a vida pela segurança do país. Por esse motivo apresentara o Voto de Louvor. -----

-----Interveio o **Deputado Carlos Oliveira** que relativamente ao documento disse que não podia deixar a seguinte reflexão: Era verdade que as forças de segurança no país eram uma espécie de brinquedo político, muitas vezes, eram importantes quando convinha e eram depreciadas, como também convinha, mas também era verdade que as forças de segurança no País, nos últimos anos e por atuações de alguns dos seus elementos e de algumas das suas chefias, que não eram todos, não tinham primado pelo exemplo e por aquilo que se esperava das forças de segurança. No entanto, e não confundindo a árvore com a floresta, considerava que as forças de segurança, eram o garante, e tinham de ser, da democracia no País, porque sem elas o País não ia a lado nenhum, porque existia sempre quem estivesse à espreita da oportunidade para violar os direitos dos cidadãos, quer fossem GNR, PSP, quer até o próprio SEF, que neste momento estava em fase de extinção, e outras forças de segurança do País, como a Polícia Marítima, como enfim, outras que iam existindo e eram menos visíveis. -----

-----Por esse motivo, o GM do PSD iria votar a favor o Voto de Louvor apresentado pelo GM do CHEGA com a seguinte ressalva: entendia que também as forças de segurança deviam melhorar a sua imagem, o seu comportamento e assumir-se como um garante da democracia no País, e aqueles que não eram exemplo, teriam de ser também eles castigados e deveriam ser punidos se efetivamente violassem as leis e a democracia no País. -----

----- Tinham de dar o exemplo e era isso que o PSD esperava de todas as forças de segurança. -----

----- Considerando as corporações, e a importância que elas tinham no equilíbrio e na segurança do País, votaria a favor, mas só com aquela ressalva. -----

----- Falou depois o **Deputado João Castanho** que depois de cumprimentar os presentes e quem assistia a partir de casa, disse que todos reconheciam o papel das forças de segurança na sociedade, mas o GM do MSU não se revia na no conteúdo do texto. -----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em todas as profissões, em toda a vida e em toda a sociedade, existia sempre bons e maus exemplos, como o Deputado Carlos Oliveira dissera, uns faziam melhor, outros pior e não se podia branquear as situações. -----

-----Considerava que o texto era um pouco radical em termos do seu conteúdo. Usava termos como o extremar as posições, campanha de desrespeito, humilhação, perseguição e bandidos, que o MSU considerava excessivo, e, portanto, apesar de reconhecer o trabalho das forças de segurança, o GM do MSU não apoiava a forma como o texto estava construído. -----

-----Usou depois da palavra **o Deputado Carlos Macedo** que relativamente ao documento, disse que se fosse pelo título, não teria problema em votá-lo favoravelmente, porque efetivamente era de opinião que mereciam o louvor, até porque muitas das vezes as forças de segurança trabalhavam com condições que não eram as exigíveis para conseguirem fazer a sua função, mas depois, quanto ao conteúdo, estava de acordo com o Deputado o João Castanho. -----

-----Primeiro porque lhe parecia confuso, e confessava a sua ignorância porque não tinha ainda ouvido falar sobre a notícia que fora relatada e que a Deputada Sílvia Montanha falara aquando da sua intervenção, mas, depois ficara baralhado e ficava com a ideia de que tinham sido os jornalistas que tinham raptado os agentes de segurança. -----

-----Não se revia na campanha concertada para humilhar as forças de segurança e ali concordava com o que o Deputado Carlos Oliveira dissera, ou seja, o respeito também se conquistava pela ação e a verdade era que não se podia meter toda a Gente dentro do mesmo saco, mas a verdade era que às vezes também existiam atuações que não eram muito abonatórias do bom nome das próprias instituições que estavam a representar e da farda que vestiam. -----

-----Não teria qualquer problema em aprovar favoravelmente um voto de louvor às forças de segurança pelas razões que já anunciara anteriormente, porque achava que realmente faziam um trabalho muito importante àquilo que era a nossa vida em sociedade. Mereciam ter melhores condições do que aquelas que tinham, sem dúvida nenhuma, mas pela forma e pelo conteúdo que estava expresso no Voto de Louvor não poderia votar favoravelmente. -----

-----Falou depois **o Deputado Pedro Mendes** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia em casa, disse que o GM da CDU revia-se no título do documento.-----

----- Era efetivamente importante louvar o trabalho que todas as forças realizavam no País, e, particularmente a CDU vinha defendendo e reivindicando nas suas lutas as melhores condições para todas as forças de segurança, quer até no quadro de alguns sindicatos, nomeadamente no quadro da CGTP, pelo

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que não poderiam concordar com o teor do voto de louvor porque era demasiado radical. -----

-----Efetivamente era necessário mais apoio àqueles profissionais, mas eram exageradas as campanhas mencionadas no documento e que não eram de todo explícitas. -----

----- O voto estava baseado num único evento que acontecera e, enquanto GM da CDU, baseava-se na globalidade da defesa dos interesses das forças de segurança. -----

-----Interveio a **Deputada Sílvia Montanha** que respondendo ao Deputado Carlos Macedo disse que se estava a referir a um grupo de militares raptado e agredido durante a semana, na Costa da Caparica. ----

-----Disse depois que no Voto se referia a uma reportagem, a uma investigação jornalística promovida por um consórcio de jornalistas que fora transmitida na televisão, onde associavam o discurso de ódio dentro das forças policiais ao Partido CHEGA, situação que fora negada logo a seguir pelo Partido. -----

-----Referiu depois que o que considerava radical era a forma como as forças estavam a ser tratadas, o que lamentava. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que o GM do PS não se surpreendia com o documento. Ainda poderia ser levado ao engano com o título, mas vindo do CHEGA era qualquer coisa que se estava à espera. Pegava num ou dois casos e tentava generalizar. -----

-----A própria apresentação do documento atacava as forças de segurança quando dizia que a criminalidade no País estava a aumentar como nunca estivera, quando, felizmente, se vivia num dos países mais seguros do mundo, com níveis de criminalidade mais baixos do mundo. -----

-----Na referência ao Voto de Louvor às Forças de Segurança, faltava explicar se era segurança pública ou privada.-----

-----Quando era referido que as forças de segurança eram o garante do Estado de direito, não correspondia à verdade porque o garante do Estado de direito eram as instituições democráticas, como era a Assembleia Municipal, como eram outros órgãos e como eram os tribunais. As forças de segurança pública eram instrumentos para a ação daquilo que eram as instituições democráticas que deviam garantir o Estado de Direito, e falava-se há pouco do 25 de Abril, e felizmente o 25 de Abril conseguira separar e garantir a separação de poderes que permitia a todos, hoje em dia, viver em democracia e em liberdade.

----- Portanto, o que estava no texto não era um voto de louvor àquilo que eram os profissionais e que se sabia que viviam com dificuldade, como todos os profissionais, em todos os setores, tinham um conjunto de dificuldades, e que naturalmente estavam expostos a riscos e devia-se, naturalmente ser solidários para a resolução dos seus problemas, mas o que estava no documento era um voto de louvor que, baseado naquilo que era a ideologia bolsonarista, de pôr uns contra os outros, e de tentar cair numa deriva

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

securitária, e portanto o PS não aceitava. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** acrescentou a Constituição da República Portuguesa às instituições que garantiam o Estado de Direito.-----

-----O **Deputado Rui João Rodrigues** referindo ao consórcio de jornalistas, perguntou à Deputada Sílvia Montanha se era contra a liberdade de imprensa. -----

-----A **Deputada Sílvia Montanha** respondeu que não era contra a liberdade de imprensa, só que a investigação estava baseada em mentiras e não retratava a realidade. -----

-----Interveio o **Deputado Pedro Mendes** disse que tendo em conta que o documento era um voto de louvor às forças de segurança, o GM da CDU propunha à Deputada Sílvia Montanha que assinava o documento, que retirasse os 3 últimos parágrafos, e assim ponderaria votar a favor do documento. ----

-----Respondendo à questão, a **Deputada Sílvia Montanha** disse que não retirava os 3 últimos parágrafos.-----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que referiu que lhe parecia que a proposta da CDU poderia levar à aprovação de um documento que seria importante que era o voto louvor às forças de segurança. O que estava a ser pedido para retirar, no fundo, eram uma opção política, mas que impedia aquilo que seria importante que seria apoiar as forças de segurança, que, ao contrário do que fora afirmado, eram o garante da democracia. Poderiam ser instrumentais, mas eram.-----

----- Se o CHEGA queria que houvesse um documento aprovado na Assembleia Municipal, deveria retirar alguma carga ideológica negativa que existia o que permitiria, no fundo, aprovar o documento e apoiar às forças de segurança, que era o que era importante.-----

-----A **Deputada Sílvia Montanha** disse que compreendia que considerassem o documento demasiado radical, mas acima de tudo, a sua pretensão era fazer um Voto de Louvor às forças de segurança, à PSP, ao SEF, enfim, a quem protegia os cidadãos e arriscava a vida muitas vezes, mas ao retirar os últimos 3 parágrafos, o documento deixaria de ter o mesmo significado, na sua opinião, porque era o que realmente acreditava que estava a acontecer às forças de segurança que todos os dias eram desautorizados, e conhecia várias pessoas que integravam aquelas profissões, aliás, os constantes suicídios tinham uma causa e prendiam-se com a forma como os profissionais estavam a ser tratados.-----

-----A última investigação era uma vergonha porque os bandidos assistiam e pensavam que poderiam fazer o que queriam. -----

-----O **Deputado Pedro Mendes** disse que a sugestão do GM da CDU seria a retirada dos dois parágrafos:-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Reconhecemos que face ao último ataque, concertado por jornalistas ligados à esquerda radical, que tentaram mais uma vez denegrir as Forças de Segurança no seu todo, com o intuito de manipularem a opinião pública. -----

-----Estes ataques são constantes da parte destas forças de extrema-esquerda, para quem estes homens, são um alvo a abater, sendo mesmo menos válidos do que os “bandidos”. -----

-----Perante a posição de não alterar o documento era importante ficar registado que o Voto de Louvor que a CDU iria votar contra, não seria contra as forças de segurança, mas sim contra o conteúdo do documento que em nada engrandecia o trabalho que as forças de segurança realizavam diariamente. -----

----- A inflexibilidade de alterar o documento poderia levar a que amanhã se assistisse à divulgação de que a AMS votara contra um Voto de Louvor às Forças de Segurança. -----

-----**O Deputado Carlos Oliveira** lamentou o facto do CHEGA não aceitar a proposta de alteração do Voto de Louvor no sentido de moderar a proposta que apresentara. A Deputada parecia estar mais interessada em defender a sua postura radical do que a defender o Voto de Louvor. Por esse motivo o GM do PSD não votaria contra, mas abster-se-ia porque não iria votar contra um documento que dizia “Voto de Louvor às Forças de Segurança”. -----

-----**A Deputada Madalena Serra** quis deixar claro que o documento era da Deputada Sílvia Montanha e não do GM do CHEGA. Enquanto Líder de Bancada avisara que não subscrevia nem o teor nem aquela forma de apresentação. Portanto a alterar o documento seria a Deputada Sílvia Montanha e não o GM do CHEGA. -----

-----**A Deputada Sílvia Montanha** disse que o documento fora enviado para a AMS por ela própria, mas direccionado pelos órgãos máximos do Partido. O conteúdo do documento fora feito pelo Partido do CHEGA e fora redigido pela Distrital de Setúbal do Partido CHEGA. -----

-----Acrescentou que o que retiraria do documento seria o termo “esquerda radical” porque acreditava no que estava escrito. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que não iria comentar a divisão do GM do CHEGA, nem se existiriam 2 CHEGAS na sala. -----

----- O GM do PS estava ao lado das Forças de Segurança naquilo que era o desempenho das suas funções e daquilo que era a sua importância no País, reconhecendo também a dificuldades que tinham para desempenhar as funções, no entanto, face ao conteúdo do documento nunca o poderia votar a favor. Quis mais uma vez reforçar que era o conteúdo que levava o GM do PS a não poder votar a favor porque não tinha nada a ver com aquilo que gostaria de ressaltar que era a importância e apoio que deveria ser

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dado às forças de segurança.-----

-----Não havendo mais intervenções, o **Presidente da AMS** colocou à votação o Voto de Louvor às Forças de Segurança atrás transcrito, tendo sido deliberado, por maioria, rejeitar, com 1 voto a favor da Deputada Sílvia Montanha (CHEGA), 19 votos contra (10 CDU, 7 PS, 1 BE e 1 MSU) e 3 abstenções (2 PSD e 1 CHEGA). -----

-----O GM da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“A Declaração de Voto vai no sentido do afirmado anteriormente, ou seja, a CDU não está a votar contra o Voto de Louvor às Forças de Segurança, mas sim contra o conteúdo do documento apresentado pela Deputada Sílvia Montanha, do GM do CHEGA.” -----

-----A Líder do Grupo Municipal do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Voto de Louvor às Forças de Segurança – (Deputada Sílvia Montanha)-----

-----Votou com abstenção este documento-----

-----Sendo as forças de segurança Publica Nacionais garantidamente merecedoras de um LOUVOR pelo reconhecimento do esforço que fazem diariamente no desempenho das suas funções, não posso acompanhar o teor deste documento e tão pouco a sua apresentação, os nossos militares das forças de segurança fazem sem duvida um trabalho muito importante para que a nossa rotina diária seja segura, saem de suas casas todos os dias para um serviço muitas vezes em condições indignas, saem deixando as suas famílias sem garantia de voltar, prestam serviço em instalações sem condições, com recursos próprios adquirem equipamentos para a sua própria segurança, para isto utilizam parte dos seus próprios parques rendimentos, são profissionais desprestigiados, desrespeitados pela falta de valores cada vez mais patente da nossa sociedade, são vitimas de faltas de apoio continuadas, são submetidos a pressões diárias constantes, sem uma retaguarda coesa e solida pela instituição onde desempenham sua funções e pela própria tutela . -----

-----São inúmeras as razoes que podem aqui ser identificadas e muitas ficariam ainda por referir que justificam o Louvor, as forças de segurança são sem dúvida merecedoras deste Louvor. -----

-----Não me revejo no teor deste documento, nem tão pouco da fundamentação da sua apresentação, pois não me compete a mim comum cidadã julgar origem dos supostos ataques ou mesmo supostos atacantes, por escolha pessoal não sigo os meios de comunicação social nacional e como tal não posso fundamentar os meus pareceres nas supostas campanhas destes. A haver suspeitas de ataques concertados os mesmos têm de ser denunciados em sede própria e devidamente investigados de não me cabe a mim denuncias e acusações desta natureza tão pouco tenho competências para estas análises. -----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Assim e que fique claro LOUVO todas as forças de segurança e reconheço mérito, respeito profundamente os nossos militares que no desempenho das suas funções agem de forma isenta e competente, fazendo cumprir a nossa CRP os direitos e deveres nela consagrados, para todos estes o meu muito obrigado pela sua coragem e empenho.” -----

-----O Grupo Municipal do MSU prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O MSU ao abrigo do artigo 49º do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta a seguinte declaração de voto sobre a o Voto de Louvor às Forças de Segurança reprovada na Assembleia Ordinária de 07 de Dezembro de 2022: -----

-----Embora reconhecendo o papel fundamental das forças de Segurança na Sociedade, o MSU não se revê no conteúdo do Voto de Louvor apresentado, o texto deveria reconhecer e não extremar mais as posições. A utilização de termos como humilhação, perseguição e bandidos são claramente excessivos e induzem numa intenção que não é aquela que se devia pretender.” -----

-----O GM do PSD informou que iria fazer chegar aos serviços de apoio a Declaração de Voto, no entanto ainda não se verificou essa entrega. -----

-----O GM do PS informou que iria fazer chegar aos serviços de apoio a Declaração de Voto, no entanto ainda não se verificou essa entrega. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, o **Presidente da AMS** iniciou o debate do documento seguinte, Saudação sob o tema “25 DE NOVEMBRO DE 1975” do GM do CHEGA cujo conteúdo a seguir se transcreve:

-----“Após o 25 de Abril de 1974, feito histórico que mudou o percurso do nosso país colocando em causa uma ditadura e abrindo caminho para uma mudança no paradigma político e social iniciando um processo democrático, advieram momentos atribulados e com uma grande tensão atribuída e alimentada por atitudes estimuladas por uma ala radical do Movimento das Forças Armadas que pretendiam uma nova Ditadura, ideologicamente oposta àquela que vivêramos até 25 de Abril de 1974, atitudes que colocaram Portugal numa situação de clara revolta e á beira de uma Guerra Civil. -----

-----O 25 de novembro de 1975 foi um ato singular e irrepetível da nossa história, marca o fim da transição revolucionária. -----

-----Com ponderação e dever patriótico, foi criada uma frente de luta moderada para parar o radicalismo que se vivia originado pela conquista de 25 de Abril de 1974, onde contávamos com grandes nomes como Melo Antunes, Vasco Lourenço, Jaime Neves e Ramalho Eanes. Estes e muitos outros contribuíram decisivamente para o triunfo da Democracia e da Liberdade. -----

----- Passados 47 anos, porém, há ainda alguns aspetos menos claros, mas felicitamos a data em que

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Portugal alcançou a sua verdadeira Liberdade e Democracia e com ela todos os partidos políticos, que tiveram a possibilidade de surgir porque são eles o garante da estabilidade democrática, tão desejada pelo Povo Português.* -----

*-----Saudamos hoje e sempre, o 25 de novembro! -----*

*-----Onde povo português conseguiu, romper definitivamente com a ditadura de 40 anos e tomar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário esta foi a viragem decisiva que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.*-----

*----- Assim e mostrando a nossa gratidão a todos os que souberam, com notável moderação, coragem e aprumo militar cumprir o seu dever, cumpre-nos saudar esta data como homenagem àqueles que efetivaram, a liberdade.* -----

*-----Saudamos hoje e sempre, o 25 de Novembro! -----*

*-----Caso seja aprovada, esta saudação deverá ser enviada a Sua Excelência, Sr. Presidente da República, todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Estado Maior General das Forças Armadas.”-----*

*-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que disse que o documento continha algumas imprecisões porque quando era referido no documento que em 25 de novembro de 1975 se estava à beira de uma guerra civil valia a pena lembrar que no 25 de abril de 1974 se estava em guerra, literalmente, há 13 anos e como já fora referido, com milhares de mortos. Com um empenhamento económico proporcionalmente superior ao dos Estados Unidos na guerra do Vietname, e, portanto, não se estava a falar de uma brincadeira, mas sim de uma guerra a sério e com impacto brutal no País.* -----

*-----Confessava que quando começara a ler o parágrafo que se iniciava “com ponderação e dever patriótico” e com uma lista de nomes, pensara até que se incluiria nomes como Álvaro Cunhal. E a posição moderada e de grande discernimento que o Partido Comunista tivera naquele próprio dia, para não dizer nos dias antes e nas semanas antes, etc. E até pensaria outros nomes que eram absolutamente incontornáveis do 25 de novembro. Mário Soares, por exemplo. E não apenas aqueles militares que realmente desenvolveram um movimento militar, de facto, e que se concretizara com aquilo que se passara no 25 de novembro. Ele próprio era muito jovem na altura, mas lembrava-se do ambiente que se vivia em Portugal e o que os seus pais também viveram e, portanto, tinha essa Memória bem presente. Pensava que não seria o único na AMS.*-----

*-----Recentemente, a propósito da data, 25 de Novembro deste ano, assistira a alguns programas de*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

televisão que, se calhar, mereceriam uma leitura alargada, com pessoas insuspeitas, como José Pacheco Pereira, António Lobo Xavier. Insuspeitas porque eram claramente e assumidamente de uma ala mais conservadora de direita do espectro político, e apreciara muito a avaliação e a análise, até histórica, que tinha sido feita, em particular, por Pacheco Pereira, porque António Pinheiro Xavier, não tanto na perspetiva histórica, mas até um pouco na perspetiva pessoal. E sugeria que se fizesse uma leitura e que se melhorasse a perceção do que é que realmente se passara no 25 de novembro de 1975, e alargar também a apreciação à intervenção de muitas pessoas, nomeadamente a própria posição do Partido Comunista Português e do seu líder Álvaro Cunhal, e de muitos outros líderes do Partido Comunista naquele preciso momento do 25 de Novembro. -----

-----Desta forma, o GM do PS não poderia votar favoravelmente a Saudação com aquele teor, exatamente por causa das imprecisões que continha, e, de facto, coisas que não correspondiam exatamente àquilo como tinham ocorrido.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Vitor Antunes**, que após cumprimentar todos os presentes bem como quem assistia a partir de casa, disse que se recordava perfeitamente e tinha a memória de estar a ver na televisão, a preto e branco, o Capitão Duran Clemente a falar e a ser interrompido. A Região de Lisboa estivera em estado de sítio cerca de 11 dias. -----

-----Concordando com a generalidade, ou a maior parte da intervenção do Deputado Paulo Caetano, não podia deixar de acrescentar que o 25 de Novembro, e acreditava que fosse reconhecido por todos, fora um momento fraturante na sociedade portuguesa. E os nomes que eram invocados no texto, na generalidade, tiraria eventualmente Jaime Neves, mas Melo Antunes, Vasco Lourenço, Ramalho Eanes, principalmente Ramalho Eanes, não concordaria, de certeza, com o teor do documento, mas concordariam que fora um momento complexo, singular, é verdade, mas fraturante e que provocara morte, infelizmente. -----

-----Esta era a razão pela qual o GM da CDU votaria contra. -----

-----Queria acrescentar, e já que se falava tanto em democracia e a origem dos documentos, a nota de que a defesa da democracia não se fazia só no votar contra ou a favor de documentos daquela natureza, mas também com prática, como aquilo que acontecera em Almada, protagonizado pela Sra. Presidente, ou o que já acontecera na Quinta do Conde, na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, em que, curiosamente, estava a ser lido pela anterior Presidente da Assembleia de Freguesia, um documento da Liga Operária Católica e chegado aos 2 minutos fora interrompida. Situação que nunca ocorrera anteriormente.-----

-----Queria, portanto, deixar esta nota de que a defesa da democracia também se fazia daquela forma

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e que não era no entender do GM da CDU benéfico limitar ou condicionar a palavra. -----

-----Interveio o **Deputado Carlos Macedo** que começou por dizer que ainda não tinha nascido mas felizmente procurava informar-se e, curiosamente, com a comemoração dos 47 anos do 25 de novembro não tinham faltado reportagens e debates sobre o tema na televisão, sendo que o Expresso também publicara uma reportagem, e, efetivamente, a história que era contada na saudação apontava para uma determinada perspetiva que não era completa, para não dizer outra coisa, e não poderia votar favoravelmente, reconhecendo, obviamente que fora uma data importante para a convivência democrática que existia hoje, que decorrera num contexto que vinha no pós 25 de Abril e que fora inflamando até aos acontecimentos que depois redundaram no 25 de Novembro que poderia ter sido muito mais problemática. Tinham acontecido algumas mortes, mas, se não tivesse havido um posicionamento e alguma moderação, se calhar até dos 2 lados da barricada, poderia ter corrido bastante pior. --- -----

-----Reconhecendo que a data merecia ser saudada pela relevância que tivera, não concordava com os termos constantes na Saudação.-----

-----Questionava se valeria a pena baixar a uma comissão para poder ser reconfigurada e nesse sentido poderia tentar dar algum contributo para que ficasse com uma redação mais consensual. -----

-----Na forma como estava, não conseguia votar favoravelmente. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Pedro Mesquita** que se referindo à intervenção do Deputado Vitor Antunes, disse que faltara acrescentar o comportamento do Presidente da Câmara Municipal de Setúbal que numa reunião de Câmara mandara calar um deputado do PS ameaçando de o colocar na rua, o que não fora um comportamento muito digno. -----

-----Falou depois o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que vira os debates e de ler a reportagem de José Pacheco Pereira e aconselhava que toda a gente lesse, inclusive na Revista Sábado, que eram os 10 enganoses sobre aquilo que de facto acontecera no 25 de Novembro. -----

-----Pacheco Pereira era uma pessoa muito longe daquilo que ele defendia politicamente, e no seu entender existia uma tentativa das forças de extrema-direita e neste caso, do CHEGA de rescrever a história. -----

-----Na saudação ao 25 de Novembro não estava referido, por exemplo, aquilo que se passara no Centro e Norte do País, onde tinham sido atacadas sedes do PCP, sedes de outras forças políticas democráticas, nomeadamente o MDP/CDE, onde tinha havido atentados bombistas concretizados pela extrema-direita, na qual atualmente o CHEGA fazia parte. Ele próprio considerava o CHEGA um seguidor daquilo que eram

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

forças de extrema-direita da atualidade.-----

----- Quem praticara os atentados bombistas contra as sedes do PCP não teriam sido os mesmos que atentaram contra a vida de Sá Carneiro e Amaro da Costa num ataque bombista que provocara a queda do avião onde seguiam.-----

-----Era uma criança, mas lembrava-se perfeitamente da época. Tivera a felicidade de no dia 25 de abril de 1974 ter um professor que era militante ativo do Partido Socialista, que era o Professor João Chagas, que lhe explicara exatamente o que se estava a passar naquele dia 25 de Abril. Por coincidência, em 75, ele já não era seu professor, mas era seu amigo e ele, também em conversa dissera-lhe que o que se passara no dia 25 de Novembro era tudo contra aquilo que se passara no dia 25 de Abril. -----

-----O 25 de Novembro, de facto, fora o culminar daquilo que as forças de extrema-direita em Portugal tinham querido levar a cabo, mas felizmente não tinham conseguido devido à explicação que o Deputado Paulo Caetano, devido à atuação do Partido Comunista Português, do então General Costa Gomes, do Mário Soares, e de outras forças políticas do país. -----

-----Portanto, a saudação era uma tentativa de reescrever a história. Na sua opinião não valia a pena baixar a uma Comissão, porque a posição do CHEGA era conhecida de todos. Pelos motivos evocados, o GM da CDU iria votar contra. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que referiu que a data do 25 de Novembro fora uma data sempre escondida. Era uma data que não interessava a muita gente, e sobre a qual existiam posições contraditórias sobre aquilo que efetivamente acontecera, mas poderia dizer aquilo que se sentia no 25 de Novembro. Já tinha 18 anos nessa altura, e sabia perfeitamente sentir tudo o que fora o 25 de Abril. Tudo o que fora a passagem entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro e sabia a situação de insegurança que se vivia no país e sabia as tentativas que tinham existido, quer da extrema direita, quer da esquerda, especialmente o Partido Comunista, em conseguir, ou em tentar seguir a ditadura. -----

----- O 25 de Novembro era efetivamente um marco histórico em que se começara a implantar, definitivamente, a democracia, porque até 25 de Novembro ela não existia. Tinham existido muitas tentativas de acabar com a democracia, que parecia que tinha aparecido com o 25 de Abril. Aquela é que era a questão. Os meandros, se era da direita, se era da esquerda, eram todos os que aconteceram, e quando se falava dos bombistas, não podiam esquecer das Brigadas 25 de Abril porque aquelas também tinham tentando espalhar em Portugal algum terror. Tinham sido todos presos numa noite, mas isso era outra conversa. -----

----- O 25 de Novembro era uma data que merecia ser estudada, e tratada e vista como devia ser. ---

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Estava de acordo que o 25 de Novembro deveria ser considerado como a data essencial do início da democracia em Portugal, mais do que o 25 de Abril. O 25 de Abril abriu a porta o 25 de Novembro fizera com que se entrasse definitivamente na democracia.-----

-----A saudação poderia ser tratada eventualmente numa comissão e fazer um texto que tirasse das catacumbas o 25 de Novembro e se comesse a falar a verdade sobre aquilo que acontecera.-----

----- A saudação a ser submetida a votação não seria aprovada e seria uma forma de continuar a enterrar o 25 de Novembro, pelo que propunha que se pudesse fazer uma análise sobre a data e eventualmente trazer um documento mais elaborado, mais consensual, de modo a se ver o que fora o 25 de Novembro, porque isso seria importante para a história e para todos, para não se dizer determinadas coisas que não tinham acontecido, que não tinham estado para acontecer, e as outras que tinham estado para acontecer, e ficavam um bocado escamoteadas. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que o GM do PS considerava que se deveria proceder à votação do documento e não estaria disponível para que o documento baixasse a uma Comissão. -----

----- **A Deputada Sandra Carvalho** referiu que o GM da CDU concordava com o GM do PS de que se deveria votar o documento e que não baixasse a uma Comissão.-----

-----**O Deputado João Castanho** do GM do MSU disse que não fazia sentido baixar o documento a uma Comissão e que se devia colocar à votação.-----

-----**A Deputada Madalena Serra**, proponente do documento, agradeceu a sugestão do Deputado Carlos Oliveira, mas respondeu que não fazia sentido baixar o documento a uma Comissão.-----

-----Não se verificando mais pedidos de intervenção, **o Presidente da AMS** colocou à votação a Saudação subordinada ao assunto “25 de novembro de 1975” acima transcrita, tendo sido rejeitada, por maioria, com 1 voto a favor do CHEGA, 19 votos contra (10 CDU, 7 PS, 1 BE e 1 MSU), e 3 abstenções (2 PSD e 1 da Deputada Sílvia Montanha do CHEGA).-----

-----Prosseguindo os trabalhos, **o Presidente da AMS** abriu o debate do documento seguinte, Moção sob o tema “Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres”, apresentada pelo GM da CDU, cujo teor se passa a transcrever: -----

-----*“Havendo-se assinalado, no passado dia 25 de Novembro, o Dia Internacional pela Eliminação das Violências Contra as Mulheres, a bancada da CDU exorta a Assembleia Municipal a discutir as múltiplas formas de violência exercida sobre as mulheres e a afirmar o caminho para soluções.*-----

-----*A violência contra as mulheres manifesta-se numa pluralidade de formas: violência psicológica, violência física ou sexual, violência no namoro, assédio moral no trabalho, exploração na prostituição, na*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*pornografia, na gestação de substituição (as chamadas “barrigas de aluguer”) e tráfico humano. Transversal a todas estas, reconhecemos uma violência estrutural, enraizada na exploração laboral, na pobreza e na exclusão social.-----*

*-----A precariedade laboral, os salários e pensões baixos, o empobrecimento generalizado, aumento galopante das efetivas situações de pobreza, e a consequente degradação das condições de vida e trabalho da maioria das mulheres, empurram-nas para um contexto de grave aprofundamento das desigualdades e discriminações a que se encontram sujeitas enquanto mulheres, trabalhadoras, cidadãs e mães. É este o contexto material que impossibilita a sua necessária independência económica, o seu acesso a uma habitação condigna e a demais bens e serviços essenciais, potenciando o prolongamento da sujeição das mulheres a situações de violência. -----*

*-----São as mulheres em condições sociais e económicas mais precárias aquelas que se veem empurradas para a exploração na prostituição, pornografia e gestação de substituição, numa violação extrema dos seus direitos e dignidade humana. -----*

*-----O combate à violência contra as mulheres não pode, pois, existir desligado da intervenção nas causas económicas e sociais que se encontram na génese da exploração laboral das mulheres e das desigualdades e discriminações que sobre elas recaem nas várias facetas da sua vida. -----*

*-----O processo de transferência de responsabilidades, da Administração Central para as autarquias, coloca novos desafios no que diz respeito a uma necessária articulação coesa e nacional dos protocolos de territorialização do combate à violência contra as mulheres, em particular à violência doméstica. -----*

*-----Será essencial a concretização de uma rede pública, descentralizada e articulada entre serviços públicos, autarquia e entidades que intervêm na área da prevenção e combate à violência contra as mulheres. Só através da proximidade e contacto direto, envolvendo as escolas, centros de saúde, hospitais, tribunais e forças de segurança, se garantirá a eficácia real de um acesso, em condições de igualdade, de todas as mulheres a informação, acompanhamento, sinalização e efetiva proteção. -----*

*-----Somente a concretização da igualdade no trabalho e na vida será capaz de garantir às mulheres o direito a um projeto de vida livre de violência -----*

*-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 07 de dezembro de 2022, delibera exortar os órgãos de soberania a tomarem medidas concretas, de carácter urgente, de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente: -----*

*-----a.Reforçar os meios financeiros, técnicos e humanos, dotando os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis no cumprimento do seu papel na prevenção e combate à violência doméstica (centros*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*de saúde e hospitais, escolas e universidades, forças de segurança, polícia de investigação criminal, Ministério Público, Tribunais e serviços de segurança social) articulando-os numa descentralizada rede pública de apoio; -----*

*-----b.Cumprir a legislação em matéria de violência doméstica, reforçando o investimento público por forma a garantir a adequada proteção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação de risco e na decisão de medidas de proteção à vítima e de coação ao arguido em 72 horas, como está estabelecido. Importará, igualmente, reforçar a proteção das mulheres, antes e depois do estatuto de vítima lhes ter sido atribuído; -----*

*-----c.Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas das práticas em questão e prevenir futuras reincidências; -----*

*-----d.Manter a criminalização do lenocínio e travar categoricamente as tentativas de regulamentação da prostituição - que mais não são que a legitimação de um negócio que lucra milhões com a exploração e mercantilização do corpo da mulher em situações de extrema violência física e psicológica; -----*

*-----e.Reconhecer a prostituição e a pornografia como uma aviltantes formas de violência, recusando a utilização do termo «trabalho sexual» e a falsa dicotomia entre prostituição forçada e consentida; -----*

*-----f.Adotar programas específicos, legalmente previstos, que assegurem saídas às mulheres prostituídas, a serem implementados nos serviços públicos e no setor social, em proximidade com as mulheres. Estes devem ter em conta as necessidades específicas de cada mulher, numa intervenção assente no acompanhamento contínuo, com medidas de reinserção e proteção social, de acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional; -----*

*-----g.Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, e concretizando o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros. -----*

*-----Sendo aprovada, deverá ser remetida a: -----*

*-----Presidente da República; -----*

*-----Grupos parlamentares da AR; -----*

*-----Primeiro-ministro; -----*

*-----Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; -----*

*-----Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género.”*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que começou por dizer que de facto, não era a primeira vez que o GM da CDU trazia a Moção por altura da comemoração do Dia Internacional de Eliminação da violência contra as Mulheres, e voltaria a trazer enquanto houvesse uma mulher a ser violentada, e os números infelizmente não estavam a ajudar porque este ano tinham voltado a subir com maior gravidade. E, portanto, continuava-se a impor pela dignidade das Mulheres, no sentido de procurar garantir comportamentos adequados. No fundo esperava que o documento merecesse uma votação unanime porque o dia merecia, recordando que infelizmente, no ano passado, o documento não fora aprovado por unanimidade, e o voto contra partira de uma mulher, o que a chocara particularmente. -----

----- Falou depois o **Deputado Carlos Oliveira** que referiu que era evidente que o tema era importante, relevante e que devia ser mantido e defendido, e não só a eliminação da violência contra as mulheres, mas a eliminação de toda a espécie de violência, fosse contra as mulheres, contra as crianças, contra os idosos e mesmo contra os homens. Todas as espécies de violência deviam ser combatidas. -----

-----Lamentava que o texto não fosse moderado. Na sua opinião era um texto com alguma violência. Chegara ao fim do texto e não percebera se estava a falar do Irão ou de Portugal, ou do mundo. Se estava a falar de Portugal, enfim, era um Portugal sobre o qual tinha algum desconhecimento. -----

-----Também não via retratado no texto o que devia ser salientado em relação às Mulheres, que era o papel que elas atualmente vinham conquistando e que desempenhavam na sociedade como mães, como empresárias, como pessoas ativas, e que tinham exatamente os mesmos direitos, as mesmas condições que os homens. Quando tinham e quando não tinham deveriam ter. Esta era a questão. -----

-----Devia ser um texto onde viesse ao de cima aquilo que era a importância e o papel da mulher na sociedade, mas a única coisa que transparecia no texto era a violência, a desgraça, a pobreza, etc. -----

-----Se fosse mulher, nunca votaria favoravelmente o texto, porque o texto não a defendia. Devia ter uma parte em que evidenciasse aquilo que era a mulher na sociedade portuguesa atualmente. -----

-----Na sua opinião devia-se ponderar sobre o texto que era violento, e pensar relativamente à defesa do interesse dos direitos das mulheres e da eliminação da violência contra as mulheres e trazer menos radicalismo e um bocadinho menos de violência que o texto revelava. -----

----- Usou depois da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que na perspetiva do GM do PS, e concordando com a intervenção do Deputado Carlos Oliveira, considerava que do ponto de vista do que era o papel da mulher, a forma como estava escrito, não dignificava nem demonstrava o papel da mulher atualmente na Sociedade, e tentava ter uma abrangência e de trazer para cima do mesmo documento um conjunto tão alargado de assuntos que acabava por tirar o foco. -----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Existia de facto conteúdo que poderia ser aproveitado, conteúdo que deveria ser acrescentado e conteúdo que deveria ser retirado.-----

-----Existia hoje em dia, e apesar do esforço que vinha sendo feito, continuava a haver episódios censuráveis, para não chamar outro nome, de violência doméstica e de violência contra as mulheres, que infelizmente tinham levado a um conjunto de mortes e de impactos em famílias, em menores, filhos e que tinham consequências trágicas para vidas inteiras, mas o GM do PS gostaria de ter a oportunidade de ajudar e dar um contributo para melhorar o documento que considerava que tinha margem para ser melhorado e por isso propunha que ele pudesse descer a uma Comissão para poder ser enriquecido e ser mais efetivo naquilo que se pretendia.-----

-----A **Deputada Sandra Carvalho** respondeu que a Moção era sobre o Dia Internacional de Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Não era o Dia Internacional da Mulher, em que o GM da CDU já trouxera documentos onde de facto era aflorada aquela que vinha sendo a luta das Mulheres para a sua emancipação e para a sua valorização na sociedade, e aí era enaltecido esse facto e essa luta, particularmente depois do 25 de Abril, independentemente dos revisionamentos históricos que se pretendiam fazer. -----

-----A violência do documento se calhar era porque, de facto, ele era muito nu e cru relativamente a factos, e os factos não desmentiam que, independentemente de haver outras formas de violência contra outros seres humanos, que de facto existiam, mas no que dizia respeito aos homens, era uma margem muito pequena e o dia chamava-se “Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres”. -

-----O GM da CDU já por diversas vezes se manifestara contra todo e qualquer tipo de tipo de violência, mas o documento era para celebrar aquele dia. -----

-----Não tinha nenhum tipo de oposição a que o documento baixasse a uma Comissão no sentido de ele ser melhorado, mas existia um ponto prévio que deixava de não aceitar revisionamentos daquilo que eram factos que ocorriam todos os dias, de relatórios que eram publicados, e cujos números eram tão fortes que entravam pelos olhos. Era um flagelo que não se conseguia erradicar. Essa era a verdadeira violência. -----

-----Na opinião do GM da CDU, o texto era muito soft face à realidade e só quem não conhecia ou que queria propositadamente ignorar aquilo que se passava hoje em dia com as Mulheres é que, de facto, podia ter outra opinião. -----

-----A sua visão era baseada nos factos e relatórios que estavam publicados e nos relatos que eram feitos todos os dias por quem atendia as Mulheres nas diversas organizações.-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No sentido de melhorar o documento, não de não fazer revisionamento de factos, o GM da CDU estava disponível. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Carlos Macedo** que iniciou por dizer que efetivamente, a sociedade ainda não tratava de forma igual, Homens e Mulheres e o enaltecer daquelas datas e trazer a sua relevância aos órgãos democráticos fazia todo sentido. -----

-----Percebia algumas considerações que tinham sido feitas relativamente à forma, mas a verdade era que o assunto era tão gravoso que devia ser tratado também com alguma veemência de forma que pudesse ser também combatido com a força que devia. -----

-----Acreditava que aqueles acontecimentos não seriam generalizados, mas a verdade é que eles atualmente ainda aconteciam e cada um que acontecesse seria a mais do que devia de acontecer. -----

-----Percebia o que o Deputado Carlos Oliveira dizia, mas seria mote para uma outra moção ou uma outra saudação. -----

-----Chocava-o, por exemplo, uma situação que já trouxera à AMS, em que o Executivo Camarário fora parte ativa na promoção de um concurso de misses que na sua opinião, em nada valorizava o papel da mulher na sociedade hoje em dia, e isso é que acabava por ser incoerente e devia haver mais cuidado, mas não tinha qualquer problema em votar favoravelmente a Moção apresentada pela CDU. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que referiu que o GM do PS sugerira que o documento baixasse a uma Comissão precisamente utilizando a redação do 1º parágrafo da Moção: *“a bancada da CDU exorta a Assembleia Municipal a discutir as múltiplas formas de violência exercida sobre as mulheres e a afirmar o caminho para soluções”*. -----

-----O documento baixando à Comissão e respeitando o que a Deputada Sandra Carvalho dissera sobre o foco do documento, a discussão poderia ser mais aprofundada e poderia inclusivamente, a levar à realização de uma sessão temática sobre o tema, pesquisando a situação do Concelho e procurando soluções. Portanto o GM do PS reforçava essa sugestão para baixar à Comissão. -----

-----O **Deputado João Castanho** disse que o tema da Moção era “Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres” e na sua opinião faria mais sentido discutir em sede de Comissão as outras formas de violência já referidas pelo Deputado Carlos Oliveira para se concertar um texto com outro teor e mais amplo, mas o documento apresentado poderia ser aprovado como estava. -----

-----A **Deputada Sandra Carvalho** referiu que com já dissera anteriormente, se todas as tomadas de decisão fossem no sentido de discutir e aprofundar a questão, o GM da CDU aplaudia e com certeza que concordava que baixasse o documento à Comissão porque de facto o início do documento tinha uma razão

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

para existir porque era um assunto que merecia discussão, fundamento e portanto estava disponível para uma das soluções aforadas, ou votar o documento ou baixar a uma Comissão.-----

-----**O Deputado Rui João Rodrigues**, enquanto Coordenador da Comissão Sociocultural, disse que não se opunha que a Comissão reunisse sobre o assunto e que se fizesse um debate sobre o tema da violência sobre as mulheres e da violência em geral e que subisse à AMS um documento consensual e que preparasse uma sessão temática sobre o tema com todas as forças políticas do Concelho e do País envolvidas, porque de facto era um problema do País e que se vinha agravando - a violência contra as mulheres, contra as crianças, contra os jovens e o bullying.-----

----- **O Deputado Sérgio Faias** reiterou o já transmitido de que seria mais eficaz o facto do documento poder baixar à Comissão “3” e talvez alargar a outras Comissões e fazer uma discussão alargada e concentrar no tema da violência contra as mulheres e não dispersar, porque normalmente quando se tentava alargar muito o tema corria-se o risco de perder o foco e ser ineficaz. Infelizmente o tema da violência contra as mulheres era preocupante e todos os dias eram confrontados com notícias de abusos e mortes de mulheres. -----

-----**A Deputada Sandra Carvalho** respondeu que tinham sido apresentadas 2 propostas, nomeadamente pelo Deputado João Castanho, de votar ou baixar o documento, sendo que o GM da CDU estava disponível para baixar à Comissão, mas o foco deveria ser o que estava versado no documento. Também estaria disponível para discutir outros âmbitos, mas não na esfera do documento. -----

----- Recordou que infelizmente, mais uma vez, na AMS não se conseguia aprovar por unanimidade um voto a favor do dia internacional pela eliminação das violências contra as mulheres. -----

----- **O Deputado João Castanho** disse na sua opinião o documento tinha condições para ser votado e depois poder ser estudado em sede de Comissão a violência contra as pessoas, homens, mulheres, crianças, jovens. -----

-----**O Deputado Carlos Oliveira** sugeriu que fosse submetido a votação se o documento baixava ou não à Comissão. Se não fosse aprovado baixar o documento à Comissão seria votado. -----

-----**O Presidente da AMS** agradeceu a sugestão, mas informou que era hábito tentar sempre dialogar e chegar a consenso, sabendo que o exercício da prática democrática era o voto. -----

-----De seguida, o GM da CDU, proponente da Moção, manifestou a vontade de submeter o documento a votação. -----

-----Neste sentido, estando presentes 22 eleitos, a AMS aprovou por maioria, com 19 votos a favor (10 CDU, 7 PS, 1 BE e 1 MSU) e 3 abstenções (2 PSD e 1 CHEGA) a Moção sob o tema “Dia Internacional pela

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Eliminação das Violências contra as Mulheres” acima transcrito. -----

-----O GM do PS prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“*Existe conteúdo da Moção com o qual o GM do PS não se revia, mas no geral, estava no lado daqueles que queriam de facto eliminar a violência contra as mulheres e por isso votara a favor. Iria fazer chegar uma Declaração de Voto nesse sentido.*”-----

-----A Líder de bancada do CHEGA, Deputada Madalena Serra prestou a seguinte Declaração de Voto:

-----Votou com abstenção este documento -----

-----Tendo no passado dia 25 de Novembro, sido comemorado o Dia Internacional pela Eliminação das Violências Contra as Mulheres, a bancada do CHEGA não pode ficar indiferente á calamidade que vivenciamos atualmente, os números são assustadores, a falta de referencias e de valores está a impregnar a sociedade de atos vis de barbaridade e extrema de violência, mas estas situações estão alargadas á nossa sociedade no geral e não em exclusivo as mulheres, lamentavelmente o ser humano transformou-se num ser frio e desumano.-----

-----Neste documento são identificadas medidas validas e necessárias de serem colocadas em pratica mas não em exclusivo na proteção das mulheres, estas sugestões têm de ser implementadas na proteção de toda e qualquer possível vitima seja ela mulher, homem jovem ou idoso, é necessário recuperar os valores de um povo com carater e respeito pelo próximo, para que os números de violência domestica sejam reduzidos e para que todas as vitimas que de alguma forma sofreram um ataque não sejam expostas a novos abusos, têm de ser criadas medidas para que todos nós não sejamos um vitimas do cumulativo entre a falta de valores e as ineficazes ou inexistência de medidas de proteção, por todas as vitimas a bancada do CHEGA espera ver esta sociedade mais respeitadora e menos discriminatória, com estas e muitas outras medidas de ajuda á mudança que é tão necessária.”-----

-----O Deputado Carlos Oliveira disse que o GM do PSD iria fazer chegar uma Declaração de Voto que iria no sentido da sua intervenção no decorrer do debate. -----

-----O Deputado Rui João Rodrigues, Coordenador da Comissão Sociocultural, reiterou a vontade de reunir a Comissão e debater a temática sobre a violência.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, o Presidente da AMS deu inicio ao debate da Moção com o título “Pelo respeito e valorização do Pescador de Sesimbra” apresentada pelo GM da CDU, cujo conteúdo se transcreve:-----

-----“Ao longo de vários anos e vários mandatos os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sesimbra sempre se pautaram por uma postura correta e assertiva de debate na tentativa de resolução das grandes

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*problemáticas do setor da Pesca, setor primordial e fundamental ao desenvolvimento do Concelho de Sesimbra, da região de Setúbal bem como do nosso País. -----*

*-----É nesse sentido que reavivamos as memórias, novamente, para um conjunto de problemáticas que inquietam a comunidade Sesimbrense, situações que advêm não só mas também, das sistemáticas restrições e imposições da União Europeia e às quais o nosso Governo garante o seu aval, numa clara ausência de postura de defesa do setor, a saber: -----*

*-----1. A gritante desigualdade no apoio aos combustíveis existentes nos países membros nomeadamente na comparação com Espanha e França. -----*

*-----2. O facilitismo na atribuição dos bem conhecidos TUPEM, sem que as comunidades e as autarquias locais sejam ouvidas e/ou consultadas, nomeadamente daqueles que nos são próximos e que visam a implementação de complexos recifais, com fins turísticos, em zonas críticas de pesca levando uma atividade ao detrimento da outra. -----*

*-----3. A não revisão do regulamento do POPNA e do Parque Marinho Luiz Saldanha, que leva já vários anos de atraso, sem que as populações assim como as instituições sejam informadas dos resultados da sua implementação. -----*

*-----4. A urgente valorização do preço do pescado na sua primeira venda, permitindo desse modo uma conformidade na distribuição dos ganhos, bem como a abertura negocial para a criação de medidas de exceção na captura de espécies para isco. -----*

*-----5. E a última medida imposta pela EU que visa encerrar 15 áreas de pesca de fundo, mais uma vez sem que o nosso Governo tenha esboçado qualquer reação, ao contrário do que fizeram Irlanda, Espanha e França. Esta medida inviabiliza a pesca do peixe-espada preto pela frota Sesimbrense o que certamente empurrará centenas de pescadores para o desemprego e consequentemente dará origem ao declínio do setor transformador. -----*

*-----6. A necessidade urgente da construção da variante Carrasqueira/Porto de Abrigo, como única solução, que confere segurança na circulação viária de entrada e saída do Porto de Abrigo já, por diversas vezes e de forma unânime, manifestada por todos os operadores e utilizadores do Porto. -----*

*-----Neste sentido a bancada da CDU na Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 7 de dezembro de 2022 exige ao Governo: -----*

*----- Uma imediata audição com os agentes locais do setor da pesca acompanhados dos representantes dos órgãos autárquicos. -----*

*----- A imediata revisão do regulamento do POPNA. -----*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *A análise, discussão e debate sobre legislação de venda do pescado e apoio ao combustível (gasóleo e gasolina)* -----

----- *A revisão da regulamentação na atribuição de TUPEM's.* -----

----- *A construção da variante Carrasqueira/Porto de Abrigo.* -----

----- *ser aprovada a moção, deve ser dado conhecimento da mesma a:* -----

----- *Presidente da República* -----

----- *Presidente da Assembleia da República* -----

----- *Primeiro-Ministro* -----

----- *Ministro da Economia e do Mar* -----

----- *Secretária de Estado das Pescas* -----

----- *Grupos Parlamentares da Assembleia da República* -----

----- *Câmaras e Assembleias Municipais do Litoral Português* -----

----- *Câmara Municipal de Sesimbra* -----

----- *Juntas e Assembleias de Freguesias do Concelho de Sesimbra* -----

----- *Conselho Municipal de Pescas (de Sesimbra)* -----

----- *Comunicação Social Local e Regional"*-----

-----Interveio **a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago** que após cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a reunião a partir de casa, disse que a CDU preocupava-se ao longo dos tempos na tentativa da resolução das grandes problemáticas do setor da pesca, que inquietavam a comunidade sesimbrense, situações que advinham não só, mas também, das sistemáticas restrições da imposição da União Europeia, e também na desigualdade no apoio aos combustíveis existente nos países membros. -----

-----Enumerando em seguida os pontos constantes da Moção. -----

-----Interveio **o Deputado Carlos Macedo** que sugeriu ao GM da CDU que a Moção baixasse à Comissão de Desenvolvimento Económico porque o documento tinha alguns aspetos que estavam desatualizados e tinham incorreções. Uma delas tinha a ver com o ponto 5. Não era pesca de fundo, mas sim de profundidade, e o encerramento das áreas não acrescentava nenhum impedimento à pesca do peixe espado preto. O problema era outro e tinha a ver com a legislação. O Regulamento interferia, mas noutro âmbito porque criava zonas onde se devia exercer a pesca de profundidade e as embarcações que faziam pesca de profundidade atuavam todas fora da área onde era permitido. O problema era outro. Por esse motivo era de opinião que fizesse sentido baixar à Comissão para poder ser melhorado e corrigidos os

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

aspetos que não estavam bem descritos na Moção.-----

-----**O Deputado Sérgio Faias** reforçou a ideia do Deputado Carlos Macedo. Disse que a Moção parecia uma sopa com alimentos reciclados. Já tinha havido uma proposta aprovada pela AMS sobre o tema dos combustíveis, que inclusivamente tinha baixado à Comissão de Desenvolvimento Económico e merecera um conjunto de melhorias e de ajustes. Também a questão da atribuição dos TUPEM tinha havido uma proposta que já fora votada em Assembleia.-----

----- Em relação à valorização do preço do pescado disse que na Assembleia da República fora aprovado em 2020, a Lei nº 52 que tentava estabelecer um regime simplificado de aquisição de pescado que até hoje ainda não fora possível implementar. Porque fazer leis sem conhecer a realidade tinha tendência a não resultar, sabendo que existiam neste momento 3 pilotos onde iam tentar ser implementados. Um deles era com Sesimbra, em que tinha sido feita a proposta à Câmara de Sesimbra para tentar implementar um piloto para ver se essa lei que se que se propusera na altura conseguiria ter uma escapatória para ser implementada.-----

----- O tema que estava mais atual e que merecia alguma preocupação seria o ponto 5, mas como o Deputado Carlos Macedo acabara de referir, na prática, estava mal redigido e por isso propunha que, de facto, a Moção pudesse baixar a uma Comissão para ser melhorada e sofrer alterações que permitissem, mais uma vez, ter eficácia para que o documento que se votasse poder vir a ter algum retorno ou impacto.

-----**A Deputada Sandra Carvalho** disse que a Moção retratava um conjunto de preocupações reiteradas todos os dias por parte dos pescadores do Concelho. O GM da CDU não tinha nenhum tipo de problema em melhorar documentos desde que se mantivesse dentro da centralidade da discussão que se pretendia, solicitando, no entanto, alguma celeridade na apreciação do documento para uma tomada de posição.-----

-----**Não se verificando mais intervenções o Presidente da AMS submeteu à votação a descida da Moção com o título “Pelo respeito e valorização do Pescador de Sesimbra”, atrás transcrita, à Comissão de Desenvolvimento Económico, para apreciação e melhoramento, tendo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----Continuando os trabalhos **o Presidente da AMS** deu início ao debate da Moção - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência / Pelo Cumprimento dos Direitos e Garantias das Pessoas com Deficiência entregue pelo GM da CDU que se passa a transcrever:-----

-----*“No dia 3 de Dezembro comemorou-se o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.*-----

----- *Nesta data a CDU saúda as pessoas com deficiência, as suas famílias, os dirigentes e trabalhadores*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*das organizações que as representam e que as defendem; saúda-as pelas lutas que têm de travar diariamente para superar múltiplas adversidades, enfrentando desigualdades e discriminações, sempre com grande determinação para vencer e a justeza da exigência do cumprimento dos seus direitos. -----*

*-----Recordar que este dia foi instituído pela ONU em 1992, em resultado de uma forte movimentação das organizações das pessoas com deficiência que exigiam ser ouvidas e reconhecidas os seus direitos. No entanto, assistimos todos os dias a um profundo desrespeito pelo cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência por parte das instituições públicas e nomeadamente por parte do Estado que tem como obrigatoriedade política “ a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores” artigo 71º da Constituição da República Portuguesa. É disso exemplo a recente discussão do Orçamento do Estado para 2023, em que o PCP apresentou propostas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, entre as quais destacamos: a gratuidade do atestado multiusos, a eliminação das dificuldades de acesso aos produtos de apoio, a eliminação das barreiras arquitetónicas, o reforço da proteção social dos sinistrados do trabalho, o alargamento dos critérios de atribuição da prestação social para a inclusão, medidas estas que foram na esmagadora maioria rejeitadas pelo PS, PSD, IL e Chega contribuindo para a discriminação social no trabalho, na vida, na saúde, no acesso a condições dignas de vida como outro cidadão do nosso País. Um Orçamento de Estado que dentro e fora dele não se encontram as medidas necessárias para dar alcance social efetivo à vida das pessoas com deficiência de forma a cumprir os objetivos expressos na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, aprovada pela ONU a 30 de Março de 2007, e ratificada por Portugal em 7 de Maio de 2009, nem para cumprir a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025. Também, a vergonhosa resposta por parte da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. à CNOD, no âmbito da atribuição da gratuidade das deslocações, neste dia, aos acompanhantes das pessoas com deficiência “(independentemente do grau de deficiência) e ao respetivo acompanhante”(sic), que este ano não seria possível atribuir a gratuidade nas deslocações dos seus comboios a pessoas com deficiência e ao seu acompanhante em comemoração da efeméride já referida, devido às cláusulas contempladas no âmbito do Contrato de Obrigações de Serviço Público, celebrado com o Estado Português, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., que só pode atribuir gratuidade nos seus comboios em situações muito concretas e após a devida autorização. -----*

*-----A nível local, saudamos a Câmara Municipal de Sesimbra pelo projeto inclusivo que sempre*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*desenvolveu, com o apoio à família, apoio às instituições locais, e a fruição cultural, tal como assistimos no espetáculo anual que se realizou no dia 3 de Dezembro com o envolvimento das escolas e instituições no Cineteatro Municipal João Mota, entre outras.*-----

-----*Assim o PCP na Assembleia da República, bem como a CDU a nível local continuarão a intervir pela solução dos problemas concretos com que as pessoas com deficiência se confrontam, e tendo em conta a resposta às necessidades específicas das diversas deficiências (motoras; sensoriais; mentais e orgânicas), defendendo uma nova política que assuma um verdadeiro compromisso com o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, pugnando para que todas (independentemente da sua origem social, do seu nível de rendimento ou da zona de residência) tenham acesso a serviços públicos de qualidade capazes de lhes assegurar o direito à saúde, à educação, à segurança social, à formação profissional e ao emprego. Uma nova política que valorize as pessoas com deficiência e o seu contributo para a sociedade, que lhes garanta serem cidadãos de pleno direito, não apenas na lei, mas também na vida, com a garantia de uma vida autónoma e digna, com acesso à educação inclusiva, pública e de qualidade, a cuidados de saúde específicos, à cultura e ao desporto. Cabendo às pessoas com deficiências e às suas organizações um papel fundamental na luta em defesa dos seus direitos, o PCP e a CDU continuaram ao seu lado, todos os dias, para que as suas justas aspirações se concretizem.*-----

-----*Neste sentido a bancada da CDU na Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 7 de dezembro de 2022 exige ao Governo:*-----

-----*1- Que cumpra o seu verdadeiro papel de obrigatoriedade política de “realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores” artigo 71º da Constituição da República Portuguesa;*-----

-----*2- Que reverta políticas discriminatórias e que disponibilize a verba necessária e exigida para o acesso a condições de vida condignas das pessoas com deficiência.*-----

-----*Dar Conhecimento:*-----

-----*Presidente da República*-----

-----*Primeiro-ministro*-----

-----*Bancadas Parlamentares na Assembleia da República*-----

-----*Movimento associativo de promoção e apoio a pessoas com deficiência.*-----

-----*Interveio a **Vogal Sónia Chilra**, substituta da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, que*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

começou por cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa e referiu que a Moção dizia respeito ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência que se assinalara no passado sábado, dia 3 de Dezembro. -----

-----Na Moção, saudava, em primeiro lugar, todos os que conviviam diariamente com a deficiência, fosse ao nível individual, familiar ou profissional ou através de organismos de defesa e da luta dos direitos das pessoas com deficiência.-----

----- Saudava também ao nível local, a atuação da Câmara Municipal de Sesimbra, que continuava a assinalar, e bem, o Dia Internacional da pessoa com Deficiência, e este ano, mais uma vez, com atividades artísticas inclusivas envolvendo as escolas e envolvendo a instituição de referência para a deficiência no Concelho que era a Cercizimbra.-----

----- No entanto, e na realidade, continuava-se a assistir ao desrespeito pelos direitos destes cidadãos e continuavam a não agir em conformidade com o que estava expresso na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na Estratégia Nacional para a inclusão das Pessoas com Deficiência 21/25. ----

----- A recente discussão do orçamento de Estado para 2023 também não previa alterações à situação atual das pessoas com deficiência. Apesar de o PCP ter apresentado várias propostas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e onde podia destacar a gratuidade do atestado multiusos, a eliminação das dificuldades de acesso aos produtos de apoio, a eliminação das barreiras arquitetónicas, o reforço da proteção social dos sinistrados do trabalho, o alargamento dos critérios de atribuição da prestação social para a inclusão. As medidas tinham sido, na sua esmagadora maioria rejeitadas.-----

----- Era preciso, portanto, continuar a defender uma política que se comprometesse efetivamente em fazer cumprir os direitos das pessoas com deficiência para que tivessem acesso a serviços públicos de qualidade, que lhes assegurassem o direito à saúde, à educação que agora e sempre se pretendia inclusiva, à segurança social, a formação profissional e ao emprego com vista a uma vida autónoma e digna. -----

-----Neste sentido, a bancada da CDU e citando o texto:-----

-----*“Exige ao Governo que cumpra o seu verdadeiro papel da obrigatoriedade política de realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores, conforme o artigo 71 da Constituição da República Portuguesa.* -----

-----*Em segundo lugar que reverta políticas discriminatórias e que disponibilize a verba necessária e*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*exigida para o acesso a condições de vida condignas das pessoas com deficiência.”-----*

----- Tomando o uso da palavra, o **Deputado Carlos Oliveira** disse que saudando a moção não podia deixar de apontar algumas incongruências. Era pedida a eliminação de barreiras arquitetónicas numa Vila que está cheio de pins. Numa entrada da Câmara Municipal que não tinha a entrada para deficientes porque teria de subir um degrau.-----

-----Devia existir alguma coerência. Não bastava dizer ao Governo o que tinha que fazer. Provavelmente teriam que começar pelos organismos locais, nomeadamente eliminar barreiras que iam montando todos os dias, incluindo na construção de espaços públicos. Lembrava, por exemplo, quando se chegava ao final da Avenida, junto à curva, existiam escadas, e devia ser um espaço mais livre para que as pessoas pudessem passar em frente à Decathlon. Era um espaço público que deveria ter uma melhor acessibilidade.-----

----- Estava de acordo com a Moção, na sua opinião devia-se efetivamente melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência, mas a autarquia deveria dar o exemplo e acabar ou tentar eliminar as barreiras de forma que as pessoas com deficiência pudessem circular com mais facilidade.-----

-----As iluminações de Natal que estavam junto à praia, estavam agarradas aos postes e espetadas. Um invisual que passasse ali, estava sujeito a se magoar porque estava perigosíssimo para as pessoas.-----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que começou por dizer que ficava um pouco frustrado com algumas visões sobre o estado do País e sobre o que acontece no País.-----

-----Estavam na Assembleia Municipal de Sesimbra e seria conveniente que houvesse alguma colagem sobre os temas que se tratavam ao que era a realidade do Concelho, e estar-se constantemente a importar moções e documentos que eram discutidos a nível nacional e que depois se faziam circular pelo País todo, sem ter a mínima colagem àquilo que acontecia no Concelho, deixava-o um pouco frustrado e depois sentia-se na obrigação de apresentar sugestões para aproveitar o documento.-----

-----A expectativa do GM do PS era que sendo uma Moção para falar do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, estaria naturalmente à espera de ver ali, ressalvado de facto, o papel e aquilo que acontecia no Concelho desde o 25 de Abril, com uma instituição de referência que vinha fazendo um trabalho notável na forma como acompanhava as pessoas portadoras de deficiências, as suas famílias, desde a juventude até à fase adulta, com lares que permitiam fazer esse acompanhamento quando perdiam as famílias, e estava concretamente a falar do papel da Cercizimbra, e que conhecendo um pouco instituição por dentro, tinha conhecimento que vinha negociando com o Governo naquilo que eram os apoios para desempenharem as suas funções e que viam reforçados os contributos para que pudessem desempenhar, da melhor forma, as suas atribuições.-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sabia que não era em todas as áreas, mas olhando para um documento daqueles em que tentava colar todas as forças políticas a um chumbo de uma proposta, tal como tinham sido tantas outras chumbadas em orçamento de estado, deixava-o um pouco sem saber muito bem o que se devia fazer à proposta, porque na prática o GM do PS achava que se devia, de facto, assinalar aqueles dias, referir as dificuldades, mas também era preciso ressaltar o que era o trabalho dos profissionais, das Instituições do setor, e o que vinha sendo a evolução ao longo dos anos de uma sociedade que tentava esconder aquilo que eram as pessoas com necessidades especiais para hoje em dia, se poder, de facto, ter orgulho na forma como as pessoas com essas necessidade eram tratadas. -----

----- Todos deviam ter bem presente que todos eram potenciais deficientes. -----

-----De facto, devia-se saudar aqueles que se predispunham ajudar quem vivia com aquelas dificuldades e não fazer uma tentativa de uma leitura tão negativa daquilo que acontecia no País e particularmente sem colagem àquilo que era a realidade do Concelho. -----

----- Por isso, pensava que o documento tinha muita margem para ser melhorado, se de facto se queria mesmo assinalar o dia e se queria ter uma visão realista do que acontecia no Concelho. -----

-----Se fosse só um documento que vinha emanado de um Partido a nível nacional e que era para espalhar por todos os órgãos municipais para ser votado, independentemente da realidade, poderia avançar para a votação, mas não era isso que gostaria de ver, mas sim que o documento se pudesse aproximar àquilo que era a realidade do Concelho e ser melhorado para que todos se pudessem rever no seu conteúdo. -----

-----Falou depois a **Deputada Sandra Carvalho** que referiu que não existia “Bela sem Senão” e de facto em qualquer concelho deste país, por muito que tivessem feito progressos na eliminação de barreiras arquitetónicas, muitas ainda continuavam a existir, às vezes por dificuldades que tinham que ver com os próprios edifícios e a dificuldade de as eliminar.-----

----- Não negava que algumas barreiras arquitetónicas vinham sendo eliminadas no Concelho, nomeadamente nos novos edifícios, e novos equipamentos construídos. -----

-----Existiam sempre situações a corrigir e a melhorar. O edifício onde se encontravam até era um dos antigos, mas por acaso tinha acesso a pessoas com deficiência. -----

-----Não podia deixar de registar que a Câmara de Sesimbra, ao longo dos anos, e com os diversos executivos, vinha tendo uma política de grande colaboração e apoio a todos os profissionais e instituições que trabalhavam com cidadãos portadores de deficiência. Não só com a Cercizimbra mas com muitas outras e bastava questionar essas instituições que decerto afirmariam que a Câmara Municipal de

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra, no âmbito da sua capacidade e das suas competências, tudo vinha fazendo na colaboração a na realização do melhor trabalho e apoio possível à pessoa com deficiência, não ignorando que existiriam sempre coisas a melhorar e a corrigir, mas existia uma coisa que não se podia elidir que era o facto de não existir uma política nacional de prevenção e de tratamento e reabilitação, e mesmo na integração dos cidadãos portadores de deficiência.-----

-----Existiriam sempre propostas no âmbito do orçamento de Estado que não seriam aprovadas porque havia uma força política, com uma conceção e uma estratégia diferente daquela de quem propunha, mas na sua opinião existiam algumas propostas que mereciam e tinham mérito para poderem ser aprovadas.

-----O cidadão portador de deficiência reclamava há muito tempo e não exigia muito.-----

-----No documento existiam medidas que poderiam perfeitamente fazer uma diferença muito grande na vida do cidadão portador de deficiência. -----

-----O GM da CDU não se eximia à melhoria de documentos, mas pensava que o que continha na parte deliberativa era suficientemente claro para ser votado, independentemente de haver a preocupação, de se poder discutir o assunto, porque, de facto, era preciso a CDU trazer os assuntos para baixarem às Comissões. -----

-----A situação afluída no documento era tão clara e evidente que não era por baixar à Comissão que iria permitir que de um momento para o outro a política nacional que era necessária para a prevenção, o tratamento de reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência passasse a existir. E que as políticas discriminatórias que ainda existiam, deixassem de existir como um passo de mágica por causa da redação de um documento no âmbito da Comissão. Os propósitos do documento estavam bastante longe daquilo que era o propósito nacional e o facto de o documento referir que era de âmbito nacional e apresentar em todos os locais, ele só era apresentado em locais onde, de facto, existiam situações que tinham que ser tratadas e resolvidas, e em Sesimbra existia uma situação que não se resolvia e se essa política estivesse implementada e a funcionar, algumas medidas já estariam no terreno e o cidadão portador de deficiência já as sentiria.-----

-----Pelo exposto, o GM da CDU não via grande utilidade no baixar à Comissão. Eventualmente, a Comissão de modo próprio, poderia perfeitamente abrir um dossiê e estudar o assunto, ouvir as entidades e propor as medidas que entendesse, mas achava que não tinha de ver exatamente com o documento em apreciação. Teria de ver, eventualmente, com uma questão mais adaptada à realidade local e seria para um outro foro de discussão. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que a sua intervenção tinha a

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ver com a não existência de uma política nacional para as pessoas portadoras de deficiência. Não existia nacional, nem local autárquica e o exemplo do Deputado Carlos Oliveira era uma prova disso e que já fora debatido numa reunião de Comissão que era o desenho das estruturas de iluminação de Natal colocadas na marginal, que deviam ter sido desenhadas com os pés, porque não foram pensadas para as pessoas com deficiência. E fora reconhecido pelo Vereador e pelo responsável pelo Gabinete da Proteção Civil, que não tinham sido consultados sobre o tema e por aí se via o cuidado que existia com as pessoas com deficiência, por exemplo naquele caso concreto. -----

-----Prosseguindo a intervenção disse que num período do ano em que já estava marcado um conjunto vasto de reuniões, deveria ter havido a sensibilidade ou cuidado de haver alguma restrição no número de documentos que eram trazidos para o PAOD. Na sua opinião era um desrespeito para quem estava a ver e a assistir, ainda para mais com propostas que não tinham reflexo concreto naquilo que era o território para o qual tinham sido eleitos. Eram documentos plasmados ou plagiados de documentos nacionais e de intervenções políticas que seriam legítimas certamente, mas não tinha havido cuidado e ele queria deixar o registo até para que ficasse em ata porque não lhe parecia que estivessem a prestar um bom serviço àqueles que os tinham eleito, com o peso de todos os documentos que estavam a ser debatidos e com o estender da discussão que acabava por não ter consequências, porque a verdade é que não eram dirigidos ao território de Sesimbra.-----

-----**O Presidente da AMS** respondeu que na reunião no âmbito da Comissão de Líderes, onde tinham sido consertadas as matérias para a presente sessão, fora colocada a questão da existência do PAOD porque as outras sessões e reuniões já previstas teriam matérias muito densas. -----

-----Também nessa reunião, nenhum dos Grupos Municipais se pronunciara sobre o número de documentos a apresentar no PAOD. -----

-----**O Deputado Carlos Macedo** disse que não estava em causa a existência do PAOD, mas sim a dimensão do período que decorria do número de documentos. -----

-----Tomando o uso da palavra **o Deputado Carlos Oliveira** referiu que a sua anterior intervenção fora no sentido de chamar a atenção para o facto de o documento ter mérito com duas propostas de deliberação, mas o nível local não era referenciado, e na sua opinião, a política relativamente às pessoas com deficiência deveria ser global porque todas as entidades públicas que tinham intervenção na área tinham obrigação de cooperar na execução dessa política e até na definição da política nos seus âmbitos de atividade.-----

-----Portanto lançava o repto no sentido de os proponentes poderem de alguma forma incluir na parte

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

deliberativa a questão do envolvimento local das estruturas políticas, neste caso a autarquia, assim como as estruturas existentes que trabalhavam naquele âmbito. -----

-----Assim para além de se exigir do Governo, exigir das instâncias nacionais e locais e depois adaptando-se o texto. A AMS iria exigir aos outros que fizessem, mas também teria de se dispor fazer e assumir responsabilidades. -----

-----Interveio depois o **Deputado Rui João Rodrigues** que lembrou que a Câmara Municipal de Sesimbra já tinha um projeto que se chamava “Sesimbra Inclui” que tinha o intuito de consciencializar a Comunidade para as dificuldades em termos de segurança e locomoção das pessoas com deficiência motora.-----

----- Não se poderia dizer que a Câmara Municipal de Sesimbra estava inativa ou que não tinha feito nada. --Em relação às questões levantadas e aos edifícios municipais, todos sabiam que a acessibilidade das pessoas com deficiência era complicada devido às características arquitetónicas. O caminho fazia-se caminhando e a veemência de votar o documento não tinha nada a ver com aquilo que era a política local de apoio às pessoas com deficiência. -----

-----O documento prendia-se muito com aquilo que iria ser o próximo orçamento de Estado que de facto era curto para a generalidade da população portuguesa, mas também era curtíssimo para aquilo que era o apoio às pessoas com deficiência, perante a crise que se adivinhava. Eram famílias que já estavam em situações muitas vezes de vulnerabilidade social e económica e que não viam os seus problemas resolvidos.-----

-----O presente um documento focava e analisava os problemas das pessoas com deficiência em Portugal.-----

-----**O Deputado Pedro Mesquita** referiu-se à documentação que era apresentada assim como aos tempos estipulados. O Regimento em vigor previa o encerramento das sessões às 00h30 e já eram 23h45 e ainda faltavam 2 documentos do PAOD e o Período da Ordem do Dia com 4 pontos.Lamentava, que principalmente em dezembro que era um período com mais reuniões, que aparecessem 9 documentos na PAOD, sendo 1 ou no limite 2, teriam a ver diretamente com Sesimbra.-----

-----Lembrava-se de o Presidente da AMS ter em tempos apelado ao bom senso dos grupos municipais na apresentação de documentos, e no limite 2 documentos por GM de modo a se respeitar os tempos e as pessoas que assistiam, mas infelizmente isso não vinha acontecendo. -----

-----Deveria existir respeito e disciplina. -----

-----**O Presidente da AMS** disse que o que estava articulado no seio da Comissão de Líderes eram tentativas e testes para se perceber a funcionalidade das ideias que se queria implementar e registar

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

através da Revisão ao Regimento. Era isso que estava a ser aplicado no âmbito da Apreciação da Atividade Municipal.-----

-----Relativamente ao nº de documentos disse que era uma velha questão. Existiam 6 Grupos e se cada um apresentasse 2 totalizaria 12 documentos. Referiu ainda que a indicação de término da sessão pelas 00h30 era apenas uma previsão, atendendo às regras do Regimento em vigor. -----

-----**O Deputado Pedro Mesquita** referiu que uma vez que estavam a rever o Regimento seria a altura adequada para se disciplinar o funcionamento das sessões / reuniões de modo a não terminarem tardiamente.-----

-----Aplicando o Regimento, se os documentos, à hora prevista para o encerramento, ainda não estivessem concluídos, a reunião deveria terminar e os documentos passariam para uma reunião seguinte.

-----Interveio **a Deputada Luísa Carvalho** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa, disse que era um tema fundamental, a par de outros já debatidos na sessão, e estava-se a falar de um grupo que ainda era alvo de discriminação, e qualquer um, como dissera o Deputado Sérgio Faias, poderia ser deficiente. -----

-----Quando se estava a olhar para o contexto da Vila, bastava ter alguém na família, e não era preciso estar em cadeira de rodas, mas que tivesse dificuldades de mobilidade, para compreender a dificuldade que era caminhar no Concelho, nomeadamente em Sesimbra, e existiam situações relativamente simples, inclusive na Avenida Principal, onde deveria haver facilidade de mobilidade, bastava ser domingo, que num lado estavam esplanadas, no outro lado motas, e se uma pessoa em cadeira de rodas quisesse passar a dificuldade era grande. -----

-----Deveria persistir uma boa prática, e pensar nos outros e olhar também para a inclusão dessas pessoas. Aqueles aspetos tinham impacto não só nos cidadãos, como noutras dinâmicas, por exemplo, na atração de turistas, e possuir um selo, por exemplo, de boa acessibilidade para pessoas que tivessem dificuldades em várias áreas.-----

-----Por exemplo, os nossos museus tinham informação para pessoas invisuais. Existia uma série de coisas que por vezes se podia colocar em prática que não teriam impactos orçamentais significativos, mas que seriam boas práticas que podiam ser relevantes para as pessoas que tinham deficiência. O Deputado Rui João dissera que o caminho se fazia caminhando, mas se caminhasse mal custaria a fazer o caminho, e devia-se olhar para os que tinham dificuldade em fazer o caminho e ter isso em consideração. Era um assunto que lhe era relativamente próximo e ao qual era bastante sensível. -----

-----Usou depois da palavra **a Vereadora Felícia Costa** que cumprimentou todos os presentes e os que

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

assistiam em casa, e referiu que também partilhava as preocupações do Deputado Pedro Mesquita em relação ao adiantado da hora e o número de pontos que ainda restavam e, muito sucintamente, queria dizer que concordava de uma forma geral, com o tudo o que fora dito, designadamente ao nível das barreiras arquitetónicas que o Concelho de Sesimbra tinha e que, obviamente, não eram amigas de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e, achava que havia muito trabalho ainda a fazer por parte da Câmara Municipal de Sesimbra, e também por parte dos particulares e no fundo também daquilo que era a gestão urbanística que a Câmara devia fazer em relação às acessibilidades e à forma de locomoção. ---

-----Não podia, no entanto, deixar de comentar 2 situações. Em primeiro lugar, quando se falava de deficiência, era muito redutor circunscrever-se à questão das barreiras arquitetónicas. Obviamente, eram uma parte importante de uma política de integração, inclusão e de proteção das pessoas que tinham dificuldades ou tinham deficiência no âmbito da mobilidade. Concordava também com o que a Deputada Luísa Carvalho acabara de dizer. Aliás, achava que os museus e todos os espaços públicos deviam ter informação em Braille para pessoas cegas para perceberem o contexto e poderem usufruir daquilo que era a oferta pública em termos culturais ou outros. -----

-----Não lhe custava reconhecer ainda o muito trabalho que o Município tinha pela frente, mas não podia de deixar de colocar a questão em dois níveis. Em primeiro lugar, aquilo que era obrigação da Câmara e aquilo que era da obrigação dos poderes nacionais, nomeadamente da administração central e do Governo. E quando se falava até de barreiras arquitetónicas, sabia que algumas coisas se podiam fazer com pouco dinheiro, no entanto, nalgumas circunstâncias e nalguns contextos, nomeadamente na Vila de Sesimbra, que tinha uma orografia complicada com casco velho, antigo, histórico, que só por si era potenciador da redução de uma mobilidade facilitadora para quem tem dificuldades de locomoção, achava que poderia também haver incentivos financeiros, nomeadamente ao nível de fundos comunitários e como se sabia, os fundos comunitários eram muitas vezes negociados. -----

-----Na reunião de Câmara realizada naquele dia tinha sido referida a forma como o Ministério da Educação resolvera uma responsabilidade sua através do recurso a fundos comunitários, que era retirar o amianto das escolas, resolvendo um problema de décadas, obviamente com candidaturas feitas pelo municípios que depois se obrigavam também ao que era o remanescente a ser o investimento municipal. Para a retirada ou para facilitar em termos de barreiras arquitetónicas, poderia haver incentivos que permitissem às câmaras poder ir buscar recursos a fundos comunitários, que facilitaria muito a tarefa e o orçamento necessário para tornar todo o território acessível a pessoas portadoras de deficiência motora.

-----Existia uma legislação que obrigava que todas as novas construções fossem dotadas de condições

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de acessibilidade e, portanto, a Câmara não fazia nem mais nem menos do que seguir aquilo que era a legislação nacional, mas existiam muitas outras situações que em termos nacionais, estavam muito longe daquilo que seria o adequado em relação aos cidadãos com deficiência porque não seria só para quem tinha dificuldades de mobilidade, mas também cognitiva. -----

-----Gostaria que o assunto pudesse ser debatido nas comissões para se centrarem naquilo que era a realidade no Concelho. -----

----- Todas as escolas dos 5 Agrupamentos tinham salas que agora se chamavam salas de apoio à aprendizagem, que há uns anos se chamavam de aulas de multideficiência, que basicamente estavam a cumprir aquilo que era um desiderato nacional, que era de tornar a escola mais inclusiva possível e, portanto, todas as crianças com idade de escolaridade obrigatória, tinham que estar integrados na escola. Se tinham condições ou não de ir ao espaço escolar, à sala de aulas, dependia também da severidade da deficiência de que as crianças eram portadoras.-----

----- Deu depois o exemplo da sala de multideficiência ou de apoio à aprendizagem, da Escola de Sesimbra, que fora toda equipada pelo Município de Sesimbra, apesar de não ser uma competência direta do mesmo, mas na verdade, aquela sala servia para ser um depósito de crianças. Estavam lá crianças desde os 6 aos 18 anos, porque não existiam respostas alternativas e, portanto, a criança que estava integrada na idade escolar e, portanto, obrigatoriamente tinha que estar em contexto escolar, era incluída na escola porque estava dentro do edifício escolar, mas estava numa sala com crianças desde os 6 aos 18 anos de idade, e por falta de resposta, após os 18 anos, muitas vezes por autorização especial do diretor, porque não existia resposta fora do contexto escolar. -----

-----Uma colega da Câmara que trabalhava na Quinta do Conde, e tinha uma criança com uma deficiência cognitiva, como não tinha onde colocar a criança porque a escola já não a podia receber, a criança ficara mais 1 ano autorizada pelo diretor e mantivera-se na sala de multideficiência, onde estava desde os 6 anos até aos 19, e de momento, porque a família não tinha nenhuma resposta em termos distritais para acolher a criança, a mãe tinha que estar em casa porque alguém tinha que ficar com a criança.

----- Portanto, eram as políticas nacionais que faltavam em cumprimento daquilo que era uma legislação que até era bastante aperfeiçoada, mas que na prática, não funcionava. -----

-----A deficiência era muito mais que as barreiras arquitetónicas.-----

----- A Câmara Municipal de Sesimbra tinha ainda, como já reconhecia, muito trabalho para fazer. Também achava que o caminho se fazia caminhando, mas tinha de fazer caminhando rapidamente. Deveriam existir planos integrados entre o que eram as políticas locais e municipais, mas aquilo que

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

também tinha que ser o rescaldo daquilo que eram as políticas nacionais que poderiam facilitar alguns financiamentos para que as políticas locais pudessem ser mais facilmente cumpridas, no que respeitava às barreiras arquitetónicas, mas que também pudessem, de alguma forma, dar apoio a um conjunto de famílias e de situações, porque eram crianças que se tornavam adultas e não existia resposta. -----

-----A resposta da Cercizimbra, que felizmente tivera uma candidatura aprovada no PARES, era uma resposta que quando fosse concretizada iria ser insuficiente não apenas para o Concelho de Sesimbra, mas para toda a região, para todo o distrito de Setúbal. Situação que já estava reconhecida pela segurança social. O edifício da Cercizimbra quando fosse construído já não daria resposta às necessidades do distrito de Setúbal, aliás, o distrito de Setúbal, em termos de respostas para situações sobretudo ao nível da deficiência cognitiva, era dos mais carenciados em termos nacionais. E, portanto, se aquilo não era de imputar às responsabilidades nacionais, não sabia o que é que seria. -----

----- De momento a Câmara Municipal tinha um programa e uma estratégia de apoio à deficiência, que ia muito para além das comemorações do Dia Internacional da Deficiência. Estava muito de acordo que se memorizasse estes dias porque era uma forma de se assinalar e de chamar a atenção para matérias que se pelo menos não fossem naqueles dias, se calhar caíam no risco de serem totalmente esquecidas ou só se falar delas quando existiam situações mais de limite e mais dramáticas. -----

-----Mesmo as salas que acabara de referir, as salas de apoio à aprendizagem, onde as crianças estavam integradas, desde que entravam na escolaridade obrigatória, até que saíam, só funcionavam, de acordo com as regras do Ministério da Educação, em tempo letivo, o que significava que as famílias com crianças, muitas delas com graus de deficiência, muito severos, tinham de ir buscar as crianças a partir das 15:30 porque não havia resposta na escola.-----

-----Neste momento, o tempo não letivo, fosse após as 15h30, fosse nas pausas letivas, estava a ser assegurado por funcionários da Câmara Municipal de Sesimbra para poder permitir à criança uma maior integração, e às famílias a possibilidade de trabalhar. Mais uma vez muito para além daquilo que eram as competências do Município, para além dos apoios que a Câmara dava às instituições, e dos apoios que dava às escolas. -----

-----Achava que era uma matéria que se devia debater em concreto, sobretudo ao nível da educação e daquilo que era a escola inclusiva.-----

----- Disse que estaria muito disponível para vir debater o tema numa Comissão se a quisessem convidar para falar daquilo que eram as realidades locais de Sesimbra, mas não era verdade que a Câmara Municipal de Sesimbra não vinha fazendo nada. Era verdade que faltava fazer muito. Prosseguiu dizendo

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que a Câmara Municipal tinha um programa e já assinara um protocolo, com uma série de instituições há alguns anos, que era exatamente de apoio ao cidadão com deficiência nas suas várias vertentes, e que começava, desde logo, por dar alguma literacia sobre os direitos que aquele cidadão tinha e que muitas vezes desconhecia. Existia um conjunto de benefícios fiscais, possibilidade de adquirir um conjunto de instrumentos e de utensílios que eram necessários para crianças, desde camas articuladas e outras, e que muitas vezes o cidadão, ou os familiares do cidadão com deficiência, desconheciam que tinham esse direito e, portanto, esta literacia para os direitos que o cidadão com deficiência tinha, começava por ser um dos trabalhos que a Câmara Municipal de Sesimbra fazia no âmbito do apoio às pessoas com deficiência, mas existia muito trabalho, e designadamente os apoios e os subsídios que a Câmara dava a todas as entidades, começando pela Cercizimbra, que trabalhavam na matéria. -----

-----Na sua modesta perspetiva, quando se estava a debater as questões em termos nacionais, obviamente que tocavam aquilo que era o local. Nada daquilo que se passava em termos locais estava ao arrepio ou estava divorciado daquilo que eram as medidas nacionais. -----

-----Muitas vezes o local era o eco daquilo que eram as medidas que eram emanadas em termos nacionais, e que os municípios, com mais ou menos disponibilidade orçamental, com mais ou menos sensibilidade para as matérias, iam implementando no terreno.-----

-----Em termos de acessibilidades, reconhecia que existia muito para fazer, mas poderia ser um bom exemplo, na verdade, se tivesse outros fundos onde pudesse recorrer para fazer a reabilitação e tornar as vias, os passeios e os edifícios mais amigos do cidadão com dificuldade de motricidade, mas era um papel onde o Governo poderia ser um parceiro e não demonstrava essa disponibilidade.-----

-----Interveio em seguida o **Deputado Carlos Oliveira** que relativamente à intervenção da Sra. Vereadora de que deveria haver apoios para a reabilitação do espaço público, de forma a serem espaços mais viáveis e sustentáveis para as pessoas com deficiência, nomeadamente aquelas que tinham dificuldades de mobilidade, o Deputado argumentou que um dos pontos que assinalara como um dos pontos de dificuldade para as pessoas e para a mobilidade das pessoas era a marginal que fora feita com dinheiros e com apoios. Naquela altura, tendo dinheiro e tendo os apoios e fazendo a reabilitação daquela zona, a Câmara deveria ter pensado na forma como estava a organizar e a reabilitar a zona, portanto tinha havido dinheiro, e pelos vistos fora mal empregue porque não se tivera em conta a situação da mobilidade.

-----Prosseguiu a sua intervenção dizendo que não afirmara que a Câmara não fizera nada, mas sim que gostaria de ver envolvido na mesma moção o poder local e no caso em concreto, a autarquia de Sesimbra, para que existissem políticas concertadas relativamente ao que eram as políticas nacionais e as próprias

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

políticas do Concelho.-----

-----Não fazia sentido estar-se sempre a fazer referencia às competências da Câmara e às competências dos outros. As competências eram da autarquia, porque eram autarcas, porque eram políticos e porque intervinham, e não tinham que passar a vida a olhar para a competência do vizinho. Muitas vezes tinham que ser os autarcas a fazer até para dar o exemplo, e todos tinham que assumir muitas vezes a responsabilidade de dar as respostas aos munícipes. -----

-----A política nacional tinha que ser a política nacional, e existe alguma política nacional na matéria, mas muitas vezes as políticas não eram coordenadas, muitas vezes existiam intervenções onde se deveria ver melhor antes de as realizar, porque à posteriori tinham que rever trabalho e já não ficava nas melhores condições o que se devia evitar até para não se gastar mal o dinheiro e poder ser utilizado noutras coisas e implementar uma atividade conjugada. -----

----- Era esta a posição que continuava a defender. A autarquia também tinha responsabilidades em relação aos seus munícipes, poderia ter menos dinheiro, mas algum acabaria por arranjar sendo evidente que não iria chegar para tudo, e o Deputado Rui João Rodrigues tinha razão, o caminho fazia-se caminhando, mas a Sra. Vice-Presidente também tinha razão, teria era de caminhar um pouco mais depressa. -----

-----Como responsáveis políticos do Concelho deveriam assumir a sua quota parte de responsabilidade, até a Assembleia Municipal quando chamava a atenção para as situações. Não forçava ninguém, mas chamava a atenção. -----

-----Usou em seguida da palavra, **o Deputado Sérgio Faias** que disse que aquele conjunto de intervenções, dera razão que de facto, o documento tinha muito para melhorar, aliás, a própria Sra. Vereadora dissera, por outras palavras, que o documento era redutor e focara a sua intervenção apenas na questão das barreiras arquitetónicas e não olhara para outros problemas. -----

----- E dera razão sobre a necessidade de melhorar o documento porque não estava em condições de ser aprovado. -----

-----Naturalmente que teriam de apontar o dedo aos outros, mas também tinham de perceber que quando se tinha telhados de vidro, era importante que existisse mais algum bom senso porque ninguém estava isento e existia muita coisa que estava feita, a nível nacional e a nível municipal e local, e reconhecia de facto o papel que a Câmara vinha fazendo e ajudado na área, mas também não se podia vir dizer que do lado do Governo, independentemente dos governos, porque muito se tinha feito para se poder ajudar e dar contributos positivos para as pessoas que viviam com deficiência e com as suas famílias. -----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A visão sempre negativa que tentavam passar acabava depois por se refletir naquilo que eram os telhados de vidro, e falando, por exemplo, em financiamento, recordava-se do programa PAMUS no Concelho com uma série de projetos, com postes de eletricidade no meio de zonas pedonais, com pavimentos que não eram adequados a pessoas com deficiência ou cadeiras de rodas. -----

-----Portanto, não valia a pena estarem a atirar pedras aos outros quando também tinham telhados de vidro. -Depois, em relação às questões do distrito disse que de facto, o distrito tinha problemas, tinha deficiências e falta de resposta, e fora por isso precisamente que em sede de candidatura, a solução da Cercizimbra fora valorizada e aprovada precisamente para dar resposta. Sabia que nunca iria dar resposta total, mas iria dar resposta a uma parte, pelo menos no Concelho e principalmente na freguesia da Quinta do Conde, onde não existia resposta para apoiar aqueles cidadãos, passasse a existir uma maior resposta, mas, de facto, olhando para as questões do distrito, também ficava a pergunta por que razão a Associação dos Municípios da Região de Setúbal nunca se pronunciara sobre o tema da falta de resposta às deficiências no distrito. -----

-----Quando se começava a querer olhar para o todo poderiam surgir aquelas dúvidas. -----

-----Terminando a intervenção reiterou que o documento tinha muito a melhorar e o GM do PS deixava o repto para que pudesse ser alvo dessas melhorias. -----

-----**A Vereador Felícia Costa** disse que concordava que deveriam ser políticas articuladas e integradas naquilo que era a responsabilidade nacional e aquilo que era a responsabilidade local. Ela própria não gostava do discurso das competências, mas era preciso de dizer o que era o seu ao seu dono. Obviamente que a grande responsabilidade de um autarca era zelar pela sua população e pelo seu território e tornar o território o mais amigável e o mais humanamente habitável ou mais humanista para ser habitado pelos cidadãos que viviam no Concelho. -----

-----No entanto, no exemplo que dera da Câmara Municipal de Sesimbra se estar a substituir naquilo que eram as responsabilidades de dinheiros da administração central, obviamente que o que a Câmara estava a fazer era retirar verba àquilo que eram obrigações legais suas, quando se substituíam à administração central. -----

-----Era bom clarificar que, independentemente do Município ir sempre além daquilo que eram as suas atribuições legais, sendo que existiam assimetrias em vários municípios, porque uns tinham orçamentos maiores e podiam ir mais longe, outros que tinham vereadores ou presidentes de Câmara com sensibilidades diferentes e, portanto, uns iam mais longe e outros caminhavam noutro sentido e, na verdade, tinha que haver uma coesão nacional que permitisse que as desigualdades ou assimetrias entre

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios não dependesse do orçamento mais rico ou mais pobre de cada um, ou da sensibilidade de cada autarca.-----

----- Achava que tinha de haver um elemento aglutinador que seria dado pelas políticas nacionais e depois, obviamente que os autarcas trabalhavam para os seus munícipes, no entanto, era importante que se soubesse que quando o Município substituíra aquilo que era o dinheiro que devia ser gasto pela administração central, retirando dinheiro ao orçamento municipal, existiriam intervenções que não seriam feitas com o orçamento municipal.-----

----- Era um mero ato de matemática. -----

-----Concordava que a recomendação que era feita às políticas nacionais, pudesse englobar também uma recomendação à autarquia, em termos daquilo que eram as suas políticas, designadamente urbanísticas, porque era sobretudo na área das barreiras arquitetónicas que se centrara a discussão. ----

-----Não era a primeira pessoa a reconhecer que a Câmara Municipal ainda tinha muita coisa para melhorar.-----

-----A finalizar, referiu que se não houvesse articulação entre o local e o nacional, obviamente que as coisas não se faziam, mas o local não se podia substituir, na íntegra, ao nacional. E o nacional muitas vezes estava ausente, deixando para os orçamentos municipais aquilo que era a responsabilidade do orçamento de Estado para concretizar aquilo que os cidadãos portugueses, não só os Sesimbra, necessitavam. -----

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que ficava muito satisfeita por, mais uma vez, ser devido a um documento da CDU que se discutiam determinados assuntos. -----

-----Dada a disponibilidade e abertura que a Senhora Vice-Presidente demonstrara, e tendo provavelmente informações muito relevantes para o conhecimento e informação da Assembleia Municipal, o GM da CDU aceitava baixar o documento e separar o trigo do joio, e saber o que estava a ser feito de uns e de outros, e se calhar concluir que seria a Câmara Municipal a construir o lar da Cercizimbra, na Quinta do Conde, entre outras valências, e a assumir parte da política nacional que também já não era novidade.

-----**A Sra. Vice-presidente** disse que a situação do lar era uma das preocupações que a Cercizimbra já apresentara e que era comum a todas as IPSS que tinham tido candidaturas aprovadas pelo PARES. -----

-----Como era do conhecimento, o preço da construção civil aumentara drasticamente nos últimos 2 anos e as candidaturas do PARES tinham aquela linha de financiamento, e em certas obras, e a da Cercizimbra era uma delas, com o preço entre aquilo que era a candidatura aprovada e aquilo que iria custar efetivamente, a obra, que seria mais do dobro.-----

----- O PARES e a Segurança Social já tinham dito que a candidatura e a verba já estavam definidas e

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

não havia nem mais um tostão. Portanto, a Cercizimbra e outras instituições fora do Concelho que tinham candidaturas do PARES aprovadas, iam-se confrontar com a situação, ou deixavam cair a candidatura porque tinham uma candidatura com um financiamento aprovado para um x valor e agora a obra ia custar o dobro e, portanto, muitas das Instituições não tinham sequer capacidade para poder ir à banca pedir o reforço, pelo que perguntava quem é que iria ser chamado ao terreno para financiar a diferença, que, em certos casos, era 100% entre a candidatura aprovada e aquilo que a obra iria custar, mais uma vez seriam as autarquias, e a autarquia de Sesimbra em relação à Cercizimbra, e não tinha a margem de dúvida que iria gastar mais dinheiro do que o programa PARES para o financiamento. -----

-----No fim verificar-se-ia entre aquilo que dava a Segurança Social através do PARES e aquilo que a Cercizimbra teria de gastar, que seria o parceiro Câmara, como era sempre no passado, que iria estar ali ao lado para ajudar que a obra se fizesse finalmente. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal**, considerando a aceitação do GM proponente, submeteu à votação baixar à Comissão Sociocultura, a Moção sob o tema “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência / Pelo Cumprimento dos Direitos e Garantias das Pessoas com Deficiência”, e estando presentes 23 eleitos, foi aprovado por unanimidade. -----

-----**Prosseguindo os trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal informou que dado o adiantado da hora, sugeria que os documentos ainda por debater e votar entregues para o PAOD, a saber: Recomendação - Mais e Melhor Segurança (Comissões 1 e 6); e Recomendação - Criação de um gabinete municipal de proteção aos jovens vítimas de violência, bullying em contexto escolar (GM do CHEGA), transitassem para o PAOD da sessão extraordinária de 16 de dezembro.**-----

-----**Após alguma troca de opiniões foi globalmente aceite a proposta apresentada.** -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal declarou em seguida aberto **o Período de Intervenção aberto aos Cidadãos**, mas não se verificou qualquer intervenção. -----

-----Deu depois início ao Período da Ordem do Dia, declarando aberto o debate do 1º Ponto da Ordem de Trabalhos: **Oferta pública de aquisição de imóveis para implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 – programa de apoio ao acesso à habitação – aviso de publicitação n.º 01/C02-01/2021 – componente 02-habitação**-----

-----Informou que o assunto fora apreciado em reunião de todas as Comissões com a participação da Vice-presidente da CMS, Felícia Costa, que se fizera acompanhar da Dr.ª Célia Ribeiro, Chefe da Divisão de Habitação, Ação Social e Saúde, acrescentando que a matéria vinha na sequência da aprovação da Estratégia Local de Habitação (ELH), também amplamente analisada, discutida e depois aprovada pela

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal. -----

-----Tomando o uso da palavra, a **Sra. Vice-presidente** informou que a AMS sob proposta da CMS aprovara a Estratégia Local de Habitação que era um documento que habilitava a que se fosse buscar fundos de financiamento no âmbito do IRHU para a construção de fogos para as famílias que estavam identificadas com um levantamento feito. De momento o levantamento era para a necessidade de 303 fogos, distribuídos pelas 3 freguesias de acordo com o recenseamento feito em cada uma delas. -----

-----Na ELH definira-se à partida de que forma a CMS poderia vir a dotar-se dos fogos de habitação pública, fosse através de construção, de recuperação de fogos municipais já existentes, ou ainda através da aquisição no mercado, para poder resolver as carências de habitação das 303 famílias elegíveis dentro dos critérios do IRHU e do 1º direito. -----

-----Neste momento a CMS estava a trabalhar em várias direções. Os serviços estavam a fazer projetos para a construção nova nalgumas zonas do concelho, designadamente na Vila de Sesimbra, na zona ainda livre no Bairro Infante D. Henrique, dando continuidade a um projeto de habitação pública construído há 15 anos, sendo a 2ª fase, bem com na Freguesia da Quinta do Conde, para terrenos municipais. -----

-----Uma das formas também era a possibilidade através da aquisição pública de fogos por parte da CMS dentro daquilo que eram os financiamentos definidos pelo IRHU, que tivessem as condições constantes do Aviso, fosse em termos de eficácia térmica, áreas, valores, que a CMS pudesse colocar em termos de arrendamento de habitação pública para garantir que o universo das famílias identificadas pudessem ser alojadas rapidamente, sendo que os financiamentos do 1º direito e do PRR que no fundo iria financiar o 1º direito, tinham que estar concluídos até 2026, esta era uma das formas como o Município pretendia alcançar o objetivo. -----

-----Aquelas explicações tinham sido transmitidas na reunião conjunta realizada no dia 30 de novembro. -----

-----O **Deputado Carlos Oliveira** disse que realmente era preciso acelerar o processo porque a AMS aprovara a Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra há 8 meses. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Sérgio Faias** que sobre o tema, disse que a abordagem era a que parecia ao GM do PS a mais adequada, e a proposta que estava em cima da mesa permitiria acelerar mesmo a forma de execução das necessidades de habitação pública, sabendo que o financiamento disponível vinha do programa PRR, que tinha prazos de execução, diria que muito curtos, e aquela forma e abordagem de se poder fazer aquisição de fogos, uns que já estavam construídos, outros em fase de construção, ou até resolver alguns problemas urbanísticos que existiam, de fogos que em determinado momento tinham

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

começado a ser executados e depois não foram concluídos, portanto, tinha este mérito e por isso parecia que de facto era uma boa proposta e um bom caminho para se poder dar resposta à necessidade da população de ter mais e melhor habitação pública e também à necessidade de rápida execução daquilo que eram as verbas disponíveis.-----

-----Quis, no entanto, deixar dois aspetos que considerava que poderiam trazer algum problema no futuro.-----

-----O primeiro tinha a ver com a avaliação das propostas. Sabendo que existia de facto urgência em executar e em ter o processo concluído o mais depressa possível, habitualmente, em termos de contratação pública, não era uma muito boa prática introduzir o prazo de execução na avaliação de propostas porque os concorrentes podiam, na avaliação de propostas, apresentar prazos e terem algum grau de cumprimento que diziam que iam ter, e depois, durante a execução, podiam não cumprir na totalidade e, entretanto, já fora adjudicada à entidade porque no momento em que concorrera, dissera que cumpria um determinado prazo e o facto de estar na avaliação da proposta, depois, durante a execução, se não acontecesse, independentemente de poder ter alguns mecanismos em que pudessem resultar em multas por não cumprimento dos prazos, era sempre mau porque significava que tinha havido um concorrente que, se calhar, apresentara uma proposta realista face ao que apresentara uma proposta que era irrealista, mas como dissera que acabaria num prazo mais rápido, iria ter vantagem aquele que não estava a dizer exatamente a verdade. -----

-----Percebendo-se que era para incentivar a que se acelerasse, para efeitos de concorrência, normalmente, poderia introduzir alguma distorção na concorrência face a poder haver prazos de execução apresentados nas propostas que não eram exatamente realistas.-----

----- Prosseguiu dizendo que em relação à constituição do júri, o GM do PS, a propósito de outro concurso público, já fizera um alerta que tinha a ver com o facto do próprio júri ter membros do executivo. Os membros do executivo seriam depois chamados a aprovar aquilo que era o relatório final do júri, e por isso, era de bom tom que não pertencesse ao júri para poderem ter esse distanciamento de quando fossem confrontados com a decisão. Estarem envolvidos no júri e a seguir como executivo e terem de aprovar o relatório final causava alguma estranheza.-----

-----Deixava aquela ressalva para este caso e para outros, para que pudesse haver, de facto, distanciamento em quem analisava as propostas e fazia uma proposta de relatório final e em quem depois tinha de tomar a decisão.-----

-----**A Sra. Vice-presidente** referiu que a celeridade da execução da obra era apenas um dos fatores de

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ponderação, no caso das propostas de habitação a construir, porque uma das possibilidades era adquirir habitação já construída e aí a questão da celeridade não se colocava. -----

-----Obviamente que existiam sempre fatores de risco e, na verdade, poderia haver um proponente que dissesse que ia construir no prazo de 1 ano e meio e depois demorava 2 anos e meio a realizar a obra, mas era apenas um dos fatores de ponderação que era cumulativo a vários fatores de ponderação para adjudicar a um determinado concorrente em detrimento de outro e, obviamente, com as penalizações que teriam de existir no caso de incumprimento. -----

-----Disse depois que o Júri não era só composto por membros do executivo, mas também por um conjunto de técnicos e à partida tinham a noção do que era uma proposta realista ou não em relação àquilo que um candidato ou um concorrente se propunha realizar.-----

-----Se aparecesse uma proposta a dizer que se propunha construir 14 fogos em 2 meses ou 14 fogos em 6 meses, obviamente à partida sabia-se que era um prazo irrealista e o júri teria isso em ponderação.

-----Sabia-se qual era o valor estimado para a construção de determinado nº de fogos. A abertura do concurso dava a possibilidade de adquirir fração a fração no caso de aparecerem vários concorrentes, sendo uma decisão que seria avaliada em sede de surgimento de propostas, mas o júri teria a noção se o prazo era realista ou não, quando a proposta fosse no âmbito ou ao nível da construção. Coisa distinta era aquilo que muitas vezes acontecia quando o prazo era realista e a avaliação que o júri fazia era essa mesmo e era adjudicado, e depois, poderia acontecer o exemplo da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, e acontecer entropias no meio que não eram percetíveis, ou que não eram previsíveis no início da adjudicação. -----

-----Portanto, existiam sempre fatores de risco, o que o júri teria de acautelar era que, no mínimo possível, esses fatores de risco colocassem em causa a operação e daí que a apreciação do júri seria importante também na determinação de quem era o candidato ou quem eram os candidatos que, para aquela oferta pública estavam em condições de ter as suas propostas adquiridas pela Câmara. -----

-----Em relação à questão colocada pelo Deputado Carlos Oliveira, disse que o processo era respeitante às condições da oferta pública e era apenas uma das ferramentas para operacionalizar a estratégia local de habitação, apenas um instrumento, a árvore da floresta. A floresta, no seu todo, estava a ser conduzida no sentido já referido e também naquilo que tivera oportunidade de informar anteriormente, nomeadamente na execução de projeto que de momento já estava a ser feita na Câmara por técnicos camarários, para construções novas a realizar pela Câmara em terrenos que já eram municipais. Portanto, aquela era apenas uma direção e a Câmara tinha outras a trabalhar ao mesmo tempo. -----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Esperava que a oferta pública não ficasse deserta não aparecendo qualquer candidato a propor vender à Câmara pelos valores que estavam definidos que no fundo eram as condições também já definidas pelo próprio IHRU. -----

----- De qualquer forma, a Câmara não poderia ficar refém daquela solução. Portanto, existia uma série de soluções que caminhavam para o objetivo, que era no prazo de concretização de finalização do PRR, em 2026, a Câmara estar capacitada para poder responder aos 303 fogos que estavam identificados como necessários para o território. -----

----- **Não se verificando mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a proposta da Câmara Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a oferta pública de aquisição de 132 imóveis nas freguesias de Santiago e Castelo para implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 – programa de apoio ao acesso à habitação, com o financiamento estimado de 19.550.000€, conforme Aviso de oferta pública de aquisição de imóvel, anexo ao processo.** -----

----- O GM do BE informou que iria fazer chegar aos serviços de apoio a Declaração de Voto, no entanto ainda não se verificou essa entrega. -----

----- O Grupo Municipal do MSU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *O MSU ao abrigo do artigo 49º do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta a seguinte declaração de voto sobre o 1º Ponto Ordem de Trabalhos - Oferta Publica de aquisição de imóveis .... – Componente 02-Habitação, aprovada na assembleia de 7 de Dezembro de 2022:* -----

----- *O MSU já vinha reiterando a necessidade de termos também a possibilidade de adquirirmos imóveis à semelhança do que está a ser efetuada pelo município do Seixal – declarações proferidas na Reunião da Assembleia Municipal de 23 de Junho de 2022.* -----

----- *Esta opção, apesar de difícil execução em todo o município, é uma possibilidade efetiva que devemos explorar quando existir oportunidade.* -----

----- *Reiteramos também parte do conteúdo da declaração de voto apresentada aquando da aprovação da Estratégia Local de Habitação na Assembleia Ordinária de 25 de Fevereiro de 2022: É fundamental na freguesia de Santiago que as frações de habitação conseguidas com dinheiros públicos não saiam do mercado de arrendamento, ficando a sua propriedade total na posse da autarquia, só assim podemos combater o flagelo da desertificação da freguesia. Até este momento todos os passos dados no passado em sentido contrário terminaram com a venda da maioria das frações adquiridas, provocando que as mesmas*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*entrem no mercado de habitações secundárias e turismo – a forte pressão imobiliária contraria o espírito inicial. O MSU não abdicará desta condição.*-----

-----Prosseguindo os trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal deu início ao 2º Ponto da Ordem de Trabalhos: **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2023 – Fixação.**-----

-----Interveio a **Sra. Vice-presidente** informando que era um processo que decorria da legislação em vigor que era a possibilidade de cada Município poder aplicar a taxa de 0,25% sobre a ocupação de infraestruturas que eram municipais por parte dos operadores de telecomunicações. Era uma diretiva da própria ANACOM e o que o Município fazia era aplicar a taxa que nos últimos anos de execução orçamental andaria na ordem dos 31 mil euros, que era o retorno que o Município tinha pela aplicação da taxa.-----

-----A Câmara entendia que o objetivo não seria abdicar da taxa porque se era um privado a passar com infraestruturas sobre as quais iria ter lucros naquilo que era municipal e público, obviamente que deveria pagar e obviamente pela taxa definida por lei.-----

-----**Não se verificando pedidos de intervenção o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a proposta da Câmara Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2023.**-----

-----Prosseguindo os trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal deu início ao 3º Ponto da Ordem de Trabalhos: **Designação de 2 cidadãos eleitores para integrar Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sesimbra.** Informou que era um ponto que derivava das atribuições da Assembleia Municipal de designar 4 cidadãos eleitores, mais concretamente a alínea i) do nº 1 do artigo 17 da Lei nº 147/99, de 01 de setembro (versão atualizada):-----

-----*“Quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela assembleia municipal (...)”*-----

-----Acrescentou que dois cidadãos estavam em funções e era necessária designar outros dois cidadãos.

-----O processo tinha sido alvo de várias reuniões com a própria Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sesimbra, a fim de esclarecer algumas matérias.-----

-----Iriam ser distribuídos os Boletins de Voto, e após o apuramento da votação seriam anunciados os nomes dos Cidadãos Designados, cujas identificações já eram conhecidas dos Membros da Assembleia Municipal, no entanto, atendendo a que as deliberações que envolviam juízos de valor sobre comportamentos ou qualidades de pessoa, a votação seria realizada por escrutínio secreto.-----

-----**Recolhidos os boletins de votos e concluído o apuramento verificou-se que a Assembleia Municipal aprovou sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, por escrutínio secreto**

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e por unanimidade, a designação das seguintes Cidadãs Eleitoras para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Sesimbra: -----

-----A Cidadã Cesaltina Basílio.-----

-----A Cidadã Bertina Duarte.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que estas Cidadãs iam-se juntar aos outros dois cidadãos já nomeados pela Assembleia, e trabalhar de uma forma abnegada em prol da Comunidade, das Crianças e Jovens, numa problemática que infelizmente existia e se tentava a todo o custo combater.-----

----- Terminou desejando os votos de bom trabalho na Comissão e que o trabalho fosse profícuo em continuidade com os outros comissários e comissárias também indicados pela Assembleia. -----

-----Continuando os trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal deu início ao 4º e último Ponto da Ordem de Trabalhos: **Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril – Proposta/Manifesto** que se passam a transcrever:-----

-----PROPOSTA-----

-----“Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril - CONCELHO DE Sesimbra -----

-----O dia 25 de Abril de 1974 constitui um marco importante na nossa história recente, e representa para a sociedade portuguesa um passo essencial que se traduziu na melhoria das condições de vida da população, através das conquistas da liberdade e do poder local democrático como uma das expressões mais significativas neste meio século. -----

-----E se relembremos a nossa história recente, bem podemos reviver os momentos, factos, memórias, lutas e conquistas, que marcaram o desenvolvimento do nosso concelho e o percurso de vida de muitos sesimbrenses. -----

-----Temos de reconhecer que foi a participação de muitos, homens e mulheres, que tornaram possível transformar o nosso concelho, mas sobretudo o país, com a conquista da liberdade e da vivência em democracia, o direito à educação, saúde, habitação, justiça, igualdade entre homens e mulheres, ao trabalho e de associação. -----

-----É neste contexto fundamental que o revigoramento do processo democrático, a intervenção construtiva dos mais jovens, a melhoria de direitos e deveres consagrados na Constituição Portuguesa, a partilha de responsabilidades entre instituições ou organizações locais, nacionais e europeias, sejam efetivas e consequentes, quando cada um de nós se empenhe verdadeiramente na construção da nossa sociedade.-----

-----Por isso, comemorar em Sesimbra, o marco histórico dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, é evocar

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*a memória de todos e de todas que tornaram possível vivermos o seu exemplo como estímulo de luta e de inspiração entre o passado e a projeção para o amanhã, ou seja, entre as nossas MEMÓRIAS, e as IDEIAS para o futuro dos sesimbrenses.*-----

-----*Pela importância que os órgãos do Município e das Freguesias atribuem às Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, Odete Graça foi convidada a presidir e coordenar as mesmas, considerando a sua vivência autárquica e relacionamento com as estruturas locais e associativas do Concelho de Sesimbra.*--

-----*Pretende-se que estas comemorações tenham uma abrangência territorial global no Concelho, envolvendo um conjunto alargado de outros órgãos autárquicos, entidades e individualidades, reforçando o espírito democrático e participativo de Abril, mantendo a saudável autonomia de cada um.*-----

-----*Assim a presente Proposta de Organização das Comemorações, inspirada no Manifesto que se anexa, considera fundamental a criação de Estruturas de Funcionamento que possibilitem acompanhar o desenvolvimento do respetivo programa, nomeadamente:*-----

-----*A Comissão Promotora das Comemorações que integra os órgãos autárquicos do concelho, representantes dos partidos políticos ou coligações, do movimento de cidadãos e a responsável pela coordenação das comemorações;*-----

-----*O Grupo de Parceiros para o qual são convidados, a participar, todas as estruturas e associações locais;* - -----

-----*A Comissão de Honra, que representa o agraciamento público a muitos cidadãos e cidadãs, que em nome individual ou coletivo, que se evidenciaram no nosso concelho ou na sociedade portuguesa.*-----

-----*A Comissão Executiva que permite assegurar e acompanhar o planeamento das iniciativas programadas, sob o ponto de vista administrativo ou funcional.”*-----

-----**MANIFESTO**-----

-----*“As comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, representam um marco histórico das nossas vidas, enquanto memória coletiva, fruto da conquista da liberdade e da necessidade de afirmar um país livre e uma sociedade a viver em democracia.*-----

-----*Foram dias e dias, foram anos e muitas vidas a construir a esperança de viver e partilhar um país novo, alterando as nossas aldeias, vilas e cidades com reflexos profundos na nossa sociedade.*-----

-----*Não podemos apagar das páginas da história a importância do dia 25 de Abril até aos nossos dias e certamente que cada um de nós terá na sua memória o real valor dessas vivências históricas. Mas porque a História é uma sucessão de atos há que saber retratar esses factos no horizonte da vida junto dos mais jovens.*-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----É essencial recontar esse momento histórico que nos permitiu derrubar a fronteira entre o medo de falar e a liberdade de participar, conquistas que passado meio século, temos de reconhecer o valor e altruísmo do Movimento das Forças Armadas a que se associaram os movimentos cívicos e a população em geral. -- -----

-----Saudamos vivamente o dia 25 de Abril e o grande avanço histórico, em que o país abandonou um sistema político, ditador com guerras injustas e sem liberdade de expressão, fosse ela política, laboral, artística, literária, jornalística ou até associativa, e nos permitiu iniciar a construção de um país novo. ----

-----Daí que ao caminharmos para o futuro há que reconhecer o quanto foram importantes as conquistas de abril para os sesimbrenses e para a população portuguesa, e com eles a salvaguarda aos direitos e deveres consagrados na Constituição Portuguesa, impulsionando transformações económicas, sociais e culturais, embora ainda hoje requeiram adaptação aos tempos atuais. -----

-----Reconhecemos que falar de Abril, é também saudar o Poder Local, como uma das grandes conquistas que a “revolução dos cravos” nos permitiu consolidar, alicerçando valores tão importantes como a participação na vida democrática local, o nascimento de estruturas associativas sociais, culturais, desportivas e económicas, a implementação de infraestruturas básicas associadas a qualificação da vida humana e a construção de territórios que destacaram a região. -----

-----É um reconhecimento unânime dos órgãos autárquicos do nosso concelho que têm assumido um papel dianteiro na valorização do município de Sesimbra e da região, com contributos importantes para a dinâmica autárquica do país. A promoção da atividade económica, a dinamização e apoio à construção de equipamentos bem como a criação de organizações associativas sociais, culturais e desportivas, a definição de estratégias para o ordenamento do território, associada à criação de melhores condições de acesso aos cuidados de saúde e à promoção de uma educação pública de qualidade, sem contudo descuidar a valorização da habitação e a implementação de redes viárias e saneamento, mas também a preservar o meio natural e ambiental do território, acrescido da projeção e valorização das dinâmicas turísticas locais ou supra municipais, foram e ainda hoje são desafios que merecem uma permanente entrega e dedicação.

-----Mas hoje, passados 50 anos, desse momento tão simbólico, temos de reconhecer que a população do concelho de Sesimbra teve o privilégio de conviver com muitos homens e mulheres que deram de si à causa pública e associativa, fazendo da sua vida uma entrega consciente e responsável a favor de um município mais desenvolvido. -----

-----Mas este legado que nos foi sendo entregue é uma obra inacabada, é uma estrada sem fim, que se constrói todos os dias, que necessita de ser atualizada, protegida e alimentada com novos valores.-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por tudo isto era imprescindível que o município de Sesimbra, representado nos diferentes órgãos autárquicos do concelho, vivenciassem coletivamente um programa do cinquentenário do 25 de Abril, não só para relembrar o passado, mas sobretudo para acreditar no revigoração do processo democrático e apelar aos mais jovens o seu sentido crítico, inovador e construtivo para uma sociedade mais igualitária, solidária e humanizadora. -----

-----Esta atitude só poderá ser alcançada com o empenho de cada cidadão ou cidadã, para que as defesas da democracia, das liberdades e dos direitos fundamentais, sejam inabaláveis a uma cultura democrática necessária à construção da nossa sociedade.-----

-----Viver Abril no concelho de Sesimbra, é também reforçar os laços de vida em sociedade que nos aproximam entre o passado e o presente, quando o futuro está a um passo do amanhã. Daí que a preparação de um programa que integra um conjunto de iniciativas, deve envolver toda a população do concelho, quer através dos seus diretos representantes no Poder Local, quer de todas as estruturas, organizações e instituições sedeadas no concelho de Sesimbra. -----

-----Só assim o 25 de Abril será um marco com passado, presente, e futuro e não se transformará numa data perdida na história. -----

-----Assim e dada a importância destas celebrações é fundamental criar estruturas que permitam acompanhar o desenvolvimento do programa das comemorações, com especial relevo para a Comissão Promotora das Comemorações. Nesta estrutura devem fazer parte os presidentes de todos os órgãos autárquicos do concelho (Câmara e Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia), os representantes dos partidos políticos, coligações ou grupos de cidadãos presentes nos diferentes órgãos autárquicos do concelho de Sesimbra, (CDU, PS, PSD, MSU, BE, CHEGA), bem como pela responsável da coordenação das Comemorações. A esta Comissão compete a definição da constituição da Comissão de Honra, orientação e planeamento das iniciativas que integram o programa geral. -----

-----É igualmente importante integrar ou criar, no programa das Comemorações, o Grupo de Parceiros, para o qual serão convidadas todas as estruturas associativas, a comunidade educativa, organizações empresariais com incidência nas áreas da vida económica do concelho, entidades civis, militares e religiosas, cuja intervenção no concelho seja reconhecida como polos de interesse local. -----

-----É também muito importante a constituição da Comissão de Honra que representa o agraciamento público a muitos cidadãos e cidadãs, quer em nome individual ou coletivo, que foram ou ainda são protagonistas de uma vida que se evidenciou na sociedade portuguesa e em especial no nosso concelho. A sua dedicação e sentido de responsabilidade elevaram mais alto e mais longe a palavra Sesimbra e nós, ao

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*comemorarmos 50 anos do 25 de abril temos esta dívida para com todos e todas que ajudaram a dignificar o Município.* -----

*-----Por fim, e não menos importante, sob a coordenação da Dra. Odete Graça, é criada a Comissão Executiva a quem lhe compete desenvolver todo o processo técnico ou administrativo, que inclui a preparação de todos os procedimentos inerentes à realização e planeamento das iniciativas, oriundas de todos os órgãos autárquicos e da participação do Grupo de Parceiros. Compete-lhe ainda desenvolver um conjunto de tarefas inerentes à deliberação do presente documento pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal bem como junto dos restantes órgãos autárquicos do Concelho.* -----

*-----O período proposto para as referidas Comemorações será entre o 25 de abril de 2023 e 25 de abril de 2024.* -----

*-----Por fim é importante realçar:-----*

*-----Falar de Abril ... no concelho de Sesimbra, é e será sempre relembrar o passado, mas é sobretudo, preparar um futuro melhor apelando ao empenho de todos os homens e mulheres, jovens e menos jovens para a construção de uma sociedade com mais justiça social, mais democracia, mais e melhor progresso económico, social e cultural.”* -----

*----- O Presidente da Assembleia Municipal* referiu que como era do conhecimento, no passado dia 4 de maio, fora lançado o repto pelo Sr. Presidente da Câmara à Dra. Odete Graça para coordenar as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974 prevendo-se um amplo trabalho a ter início no dia 16 de março de 2023. -----

*-----Fora um assunto muito discutido na Comissão de Líderes dos Grupos Municipais para além de outras reuniões com a Dra. Odete Graça.* -----

*-----Os documentos já tinham sido votados na Câmara Municipal, hoje seriam submetidos à votação da Assembleia Municipal e seguiriam para as Juntas e Assembleias de Freguesia para acolher a deliberação com o objetivo de fortalecer a decisão e valorizar a data que se estava a comemorar.* -----

*-----Interveio em seguida o Deputado Paulo Caetano* que referiu que a proposta, obviamente, merecia um acordo generalizado, mas relativamente ao manifesto que acompanhava a proposta, o GM do PS tinha 2 sugestões de alteração ao texto que a Dra. Odete Graça elaborara, a quem solicitava que perdoasse por as estar a apresentar. -----

*-----No último parágrafo era referido que “Falar de Abril ... no concelho de Sesimbra, é e será sempre relembrar o passado, mas é sobretudo, preparar um futuro melhor apelando ao empenho de todos os homens e mulheres, jovens e menos jovens para a construção de uma sociedade com mais justiça social,*

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*mais democracia, mais e melhor progresso económico, social e cultural.* -----

-----Na opinião do GM do PS não era apropriado haver distinção de género, nem incluir jovens e menos jovens, e também deveria ser acrescentado o fator “ambiental”. A sugestão de redação era a seguinte:

**Falar de Abril no Concelho de Sesimbra é e será sempre relembrar o passado, mas é sobretudo preparar um futuro melhor, apelando ao empenho de todos para a construção de uma sociedade com mais justiça social, mais democracia, mais e melhor progresso económico, social, ambiental e cultural.** -----

-----O desenvolvimento sustentável tinha tem 3 pilares principais, económico, social e ambiental, ao qual se podia acrescentar sem qualquer hesitação, o pilar cultural, portanto, o quarto pilar. -----

----- Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que o GM da CDU se revia inteiramente no documento, recordando que o mesmo era do conhecimento de todos já há algum tempo e fora aturadamente discutido e realçado pela Coordenadora das comemorações de que o ideal seria que o documento com a mesma redação fosse aprovado em todos os órgãos autárquicos o mais rapidamente possível, daí ele ter sido remetido com tempo para que todos pudessem dar os seus contributos. O prazo até fora alargado. -----

-----Pensava, inclusivamente que o documento com aquela redação já tinha sido aprovado por alguns órgãos autárquicos. -----

-----Considerava que a redação tal e qual como estava, era mais abrangente e não via grande mérito nas propostas de alteração, com exceção de eventualmente a adição da questão ambiental, mas devido ao facto de já ter havido órgãos autárquicos a aprovar o documento tal e qual como estava e porque o GM da CDU se revia no mesmo estava em condições de votar favoravelmente. -----

-----Saudou a iniciativa preparada e atempada por parte do executivo camarário para celebrar uma data muito importante, e pela forma como o fizera e pela forma como estava a ser desenvolvido de uma forma inclusiva, procurando falar com todos, abrangente e consensual, como não podia deixar de ser, num evento daquele tipo e em alguém com as características e com a personalidade da Dra. Odete Graça. ---

-----Portanto, o GM da CDU estava em condições de votar favoravelmente e era com grande satisfação que o fazia.-----

-----**A Deputada Luisa Carvalho** referiu que cada vez mais, a Assembleia Municipal devia adotar uma linguagem inclusiva nos documentos. Existiam pessoas que não se identificavam nem com homens nem com mulheres. Era uma situação que estava a ser normalizada em termos europeus e se colocasse a palavra “pessoas” seria uma linguagem mais inclusiva, sendo que os membros deveriam começar a trazer para a Assembleia Municipal essa modernidade nos documentos e propostas.-----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Paulo Caetano** disse que para ser mais abrangente significava que não poderia ser discriminatório, referir homens e mulheres era altamente discriminatório. -----

-----Não tinha nada a ver com a Dra. Odete Graça, por quem todos tinham uma imensa estima e o GM do PS estaria obviamente de acordo com o manifesto, mas se o texto ficasse assim seria discriminatório e não abrangente. Todas as pessoas seria mais que suficiente. -----

-----Se já tivesse ocorrido aprovação do texto noutros órgãos autárquicos far-se-ia uma adenda.-----

-----**O Deputado Carlos Macedo** corroborou com o que fora dito pelo GM do PS porque ali não estava em causa concordar com as identificações de género, mas na verdade eram correntes que estavam em debate e cada vez eram mais reconhecidas. A não colocação de uma forma abrangente poderia ser até subentendida por ser discriminatória. -----

-----Na sua opinião fazia todo o sentido que as recomendações de ajuste do manifesto fossem aceites e não via que isso deturpasse o teor do documento e aquilo que já fora aprovado noutros órgãos. -----

-----Considerava que era uma melhoria ao documento apresentado que não deturpava o que lá estava, em termos de não discriminação e numa maior abrangência daquilo que era o progresso que era identificado, sendo que acabava por ser um lapso o facto de o aspeto ambiental não estar relevado. ----

----- Quanto á questão de ter estado em debate disse que a Assembleia Municipal ainda estava a tempo de fazer a proposta de alteração. -----

-----**O Deputado João Castanho** disse que as alterações sugeridas eram neutras, mas estavam a ser sugeridas fora de tempo. O documento tinha sido amplamente discutido, com prazos, e pensava que se devia respeitar e não chegar a um momento final e alterar. -----

-----**O Deputado Carlos Oliveira** disse que a questão lhe era completamente indiferente porque não se revia naquelas discussões, mas se fosse alterado o último paragrafo, também teriam de alterar um parágrafo que dizia *“Mas hoje, passados 50 anos, desse momento tão simbólico, temos de reconhecer que a população do concelho de Sesimbra teve o privilégio de conviver com muitos homens e mulheres que deram de si à causa pública e associativa, fazendo da sua vida uma entrega consciente e responsável a favor de um município mais desenvolvido.”* -----

-----**O Deputado Paulo Caetano** disse que o paragrafo em questão era o paragrafo chave do encerramento do Manifesto. A discriminação não era um pormenor e deveria ser levado a sério e ainda por cima era um documento para uma ocasião tão especial. Sobre o prazo, existiam tantos documentos que a Assembleia Municipal recebia e não se tinha apercebido. -----

-----**O Deputado Carlos Macedo** disse que não se estava a criar bloqueio ao documento, porque o que

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estava expresso ao longo do documento não estava a ser mudado com a correção. Ninguém propositadamente estava à espera que passasse o prazo para propor as alterações que tinham sido identificadas. Ele próprio não se apercebera, mas concordava com as mesmas e pensava que estavam em condições de poder corrigir. Se já tinha sido aprovado noutros órgãos, o teor do documento não estava a ser adulterado e se quisessem corrigir corrigiriam. -----

----- **A Deputada Sandra Carvalho** disse que o documento fora escalpelizado e discutido quase à virgula e ao parágrafo. De qualquer forma da parte do GM da CDU o que era afirmado era que os 50 anos do 25 de abril eram importantes demais para o facto do documento não ser aprovado por unanimidade e não seria por culpa do GM da CDU, mas ficava registada a atitude para posteriores ocasiões porque uma coisa era uma alteração substantiva e importante que afetava o documento e o objetivo que ele pretendia atingir. -----

-----Reconhecendo que a alteração era uma situação atendível importante e não afetava aquilo que era o núcleo principal do que o documento pretendia atingir, não seria por isso que o documento não seria aprovado por unanimidade, embora não entendesse todo o percurso que levava à discussão no momento da votação e lamentava por isso, mas o GM da CDU aceitaria as alterações e votaria favoravelmente o documento para que o resultado fosse aprovado por unanimidade.-----

-----**O Deputado Paulo Caetano** quis esclarecer que em nenhum momento referira que existia alguma hesitação em relação à aprovação do documento. Aliás começara a sua intervenção dizendo que se revia no documento.-----

-----Estavam a falar de um texto atual na forma como se deviam expressar em relação a certas coisas e gostaria que a Deputada Sandra Carvalho, em certos foros, fosse dizer exatamente aquilo que acabara de dizer porque estaria a insultar muitas pessoas que verdadeiramente não se reviam e seria um insulto e uma violência às pessoas que se sentiam discriminadas pela linguagem daquele tipo. -----

-----O assunto estava na ordem do dia, era inexorável e o caminho seria assim, quer se gostasse ou não, porque era a individualidade de cada pessoa e se existiam pessoas que se sentiam discriminadas, os membros tinham de respeitar esse facto. -----

-----**A Deputada Sandra Carvalho** disse que não tinha qualquer tipo de problema com a inclusão. O que lhe parecia era que a questão fora colocada naquele documento, mas não era sublinhada noutros documentos debatidos e votados na Assembleia. -----

-----O GM da CDU registava que a questão tinha sido afluída no documento depois do tempo cedido para apresentação de alterações e contributos. -----

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que se estava a falar do 25 de Abril e por isso estavam a falar de liberdade e de igualdade de oportunidades. Informou que antes de se começar a discutir o tema, falara com o Presidente da Assembleia e comunicara que o GM do PS tinha identificado a situação e que a iria colocar sabendo que não seria agradável e que iria causar alguma perturbação estar a colocá-la no momento, mas que considerava que, de facto, havia a possibilidade de melhoria do documento, e tendo em conta o teor do documento e que se estava a falar do 25 de Abril, os pequenos ajustes fariam toda a diferença.-----

-----Em nome do GM pedia desculpa por ter identificado, só nesta fase, a necessidade de alteração. Se os ajustes não fossem considerados, o GM do PS continuaria a votar favoravelmente.-----

----- O documento incorporara um conjunto de alterações que o GM do PS, no âmbito da Comissão de Líderes, já apresentara. Portanto ele já fora melhorado, mas havia de facto, uns ajustes à última da hora.

-----Se existia a possibilidade de melhorar o documento sem haver uma grande alteração estrutural, mas com uma alteração cirúrgica, e conseguir-se, de facto, que num documento sobre o tema 25 de Abril, liberdade, democracia e igualdade no tratamento das pessoas, se pudesse fazer aquele ajuste parecia-lhe que seria benéfico para todos.-----

----- **O Deputado Carlos Macedo** referiu que seria uma alteração que ainda se podia fazer. Era uma situação sensível a muitas pessoas e que passara despercebida. Perguntou em seguida se os ajustes eram efetivamente uma melhoria ou não, porque uma situação tão simples que seria incorporar a sensibilidade num documento para ser votado estava-se só a argumentar que não fora visto no tempo determinado. -

-----Ou se concorda com a melhoria ou então deviam afirmar a razão efetiva porque não concordavam.

-----**O Deputado Paulo Caetano** acrescentou que a sua primeira intervenção sobre o assunto começara por um pedido de desculpas à Dra. Odete Graça por sugerir alterações num trabalho elaborado por ela. Nunca referira em momento algum que seria objetivo da Dra. Odete Graça ser discriminatória fosse em relação de quem quer que fosse, jovem, velho, homem, mulher, nem dera a entender que a Dra. Odete Graça não relevasse qualquer questão ambiental quando se falava em desenvolvimento sustentável. ----

-----Tinham sido gralhas, lapsos e detetava-se gralhas em textos que eram lidos 50 vezes -----

-----Já lera o documento e não detetara e numa preparação da sessão, ao voltar a ler, detetara. -----

-----Eram lapsos que poderiam ser melhorados.-----

-----Sendo o último parágrafo do Manifesto era a mensagem final e fazia todo o sentido alterar. ----

-----**A Deputada Luisa Carvalho** disse que era um assunto que estava na ordem do dia e bastava ver todas as orientações que estavam a ser feitas nas escolas, como por exemplo relativamente às casas de

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

banho não terem identificação de género, situação que já era comum em alguns países da Europa. -----

----- Existiam orientações em relação às quais se poderia concordar ou não, e ter várias perspetivas, mas eram problemas que se colocavam no dia a dia às instituições, e todos deveriam evoluir naquele sentido. Eram assuntos relevantes para a população. -----

-----A Assembleia Municipal tinha uma média etária se calhar acima dos 40 anos, mas se existissem mais jovens, provavelmente haveria outro tipo de perspetiva. -----

-----**A Presidente da Junta de Freguesia de Santiago** quis mostrar a sua repugnância à Deputada Luisa Carvalho porque na sua opinião era uma discriminação falar na idade das pessoas porque a idade não era igual à mentalidade, existiam jovens velhos e velhos jovens. -----

-----Concluiu dizendo que a Deputada Luisa Carvalho deveria retirar a referência à idade. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse que não tinha problema em assumir que também não detetara no documento aqueles lapsos. -----

-----Confirmava tudo o que já fora dito. Tinham sido realizadas muitas reuniões onde os documentos foram debatidos e alterados. Fora dado um prazo para sugestões, contributos, alterações e o prazo terminara sem qualquer sugestão. Hoje surgiam duas sugestões. -----

-----Estava-se a falar das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, e a Assembleia Municipal tinha o prazer, a honra e a felicidade de poder participar nas comemorações desde a sua criação. A Assembleia Municipal iria estar presente em muitas cerimónias e ajudar a pôr em prática muitas delas durante um ano a acrescentar à atividade da AMS e dos outros Órgãos Autárquicos. O momento era de festa de todos, e o que se procurava sempre com o debate era que houvesse consenso e se estabelecesse pontos de convergência. -----

----- O GM do PS já assumira que votaria favoravelmente o documento, independentemente das alterações serem introduzidas, mas ele assumia perante a Coordenadora das Comemorações, Dra. Odete Graça, estimada por todos, que o que queria, especialmente no decorrer das comemorações era que todos estivessem de acordo com aquilo que seria feito, e não queria que ficasse algum sentimento beliscado na matéria, pelo que sugeria a aceitação das alterações, ficando o parágrafo com a seguinte redação: -----

-----*Falar de Abril ... no concelho de Sesimbra, é e será sempre relembrar o passado, mas é sobretudo, preparar um futuro melhor apelando ao empenho de todos ~~os homens e mulheres, jovens e menos jovens~~ para a construção de uma sociedade com mais justiça social, mais democracia, mais e melhor progresso económico, social, **ambiental** e cultural.* -----

-----Após a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, **o Deputado Carlos Oliveira** referiu que

Ata nº 17 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

existiam nos documentos outras expressões respeitantes ao género. -----

-----Após algum diálogo entre os Membros, o **Presidente da AMS** disse que se a ideia era fazer uma revisão na íntegra ao documento, iria colocar o documento à votação tal como tinha sido apresentado. -

-----Dissera no início da sua intervenção que aceitava as alterações e que queria que o assunto passasse de forma imaculada. Fizera esse esforço, mas os Membros não o estavam a fazer, pelo que não tinha outra opção senão colocar o documento à votação como estava sem qualquer alteração. -----

-----**Submetidos à votação, os documentos atrás transcritos foram aprovados, por maioria, com 22 votos a favor (10 CDU, 7 PS, 1 CHEGA, 2 PSD, 1 BE e 1 MSU) e uma abstenção da Deputada Sílvia Montanha do CHEGA.** -----

-----O Grupo Municipal do PS prestou a Declaração de Voto: -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que o Presidente da Assembleia tinha da parte do GM do PS toda a solidariedade quanto à sua posição porque percebera o esforço que fizera. A proposta de alteração do GM do PS era razoável eram alterações pontuais e cirúrgicas, mas depois dera origem ao que sucedera, e percebera a sua posição e o GM do PS iria entregar uma Declaração de Voto precisamente a retratar que não se reconhecia naquilo que acontecera na discussão. -----

-----**A Declaração de Voto não chegou a ser entregue.** -----

-----O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“Nunca tendo estado em causa a aprovação deste manifesto pela Bancada do BE na Assembleia Municipal, não posso deixar de repudiar o facto como uma proposta de melhoria do documento não tivesse sido aceite.* -----

-----*A correção parecia consensual e tratava-se da identificação de uma gralha -esquecimento do pilar ambiental do desenvolvimento – e de uma pequena adaptação na classificação de género, melhorando a redação e tornando-a mais inclusiva e moderna, deixando de pessoalizar em homens e mulheres, simplificando para todos.* -----

-----*A discussão decorrente desta proposta de correção, que em nada viria a alterar o conteúdo do manifesto, acabou por expor preconceitos que acreditava estariam ultrapassados, com bancadas a promoverem guerras infantis contra a proposta de alteração, que pelos argumentos usados apenas vieram comprovar que a igualdade de género é algo que ainda não tem completamente assimilado e que a tolerância é algo muitas vezes apregoado, mas não apreendido.”* -----

-----A Deputada Sílvia Montanha do GM do Chega prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----*“Relativamente ao documento da Proposta de Manifesto das comemorações dos 50 anos do 25 de*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Abril, o meu voto será Abstenção pelo motivo de só ter contato com o documento quando o mesmo foi disponibilizado para os Deputados na PAMS. -----*

*-----Sendo que nunca acompanhei o processo do mesmo ficando com várias dúvidas relativamente ao documento. -----*

*-----Aquando da Sessão de 07 de Dezembro de 2022 na AMS foram colocadas várias questões e vontade de alterar o documento por várias Bancadas municipais.” -----*

*-----Não havendo mais nada a tratar, o **Deputado Rui João Rodrigues** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----*

*-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram uma hora e quarenta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----*

*-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----*